

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

CENTRO DE EDUCAÇÃO

CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

JANDERLANE DOS SANTOS FREITAS DE ANDRADE

**GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA: UM ESTUDO SOBRE O PROJETO
POLÍTICO-PEDAGÓGICO DA ESCOLA**

JOÃO PESSOA/PB
2019

JANDERLANE DOS SANTOS FREITAS DE ANDRADE

**GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA: UM ESTUDO SOBRE O PROJETO
POLÍTICO-PEDAGÓGICO DA ESCOLA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de
Pedagogia, da Universidade Federal da Paraíba, em
cumprimento às exigências para a obtenção do grau de
Licenciado em Pedagogia.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Thamyris Mariana Camarote
Mandú

JOÃO PESSOA/PB
2019

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

A553g Andrade, Janderlane Dos Santos Freitas de.

Gestão Escolar Democrática: um estudo sobre o Projeto
Político-Pedagógico da escola / Janderlane Dos Santos
Freitas de Andrade. - João Pessoa, 2019.

65 f.

Orientação: Thamyris Mariana Camarote Mandú.
Monografia (Graduação) - UFPB/Educação.

1. Projeto Político-Pedagógico. 2. Participação. 3.
Gestão Escolar Democrática. I. Mandú, Thamyris Mariana
Camarote. II. Título.

UFPB/BC


JANDERLANE DOS SANTOS FREITAS DE ANDRADE

GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA: UM ESTUDO ACERCA DO
PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA

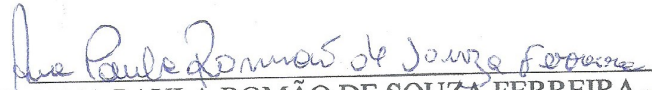
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Pedagogia, da Universidade Federal da
Paraíba, em cumprimento às exigências para a
obtenção de grau de Licenciado em Pedagogia.

Aprovado em 25/08/2019

Comissão examinadora


Prof.^a Dr.^a THAMYRIS MARIANA CAMAROTE MANDÚ – DHP/UFPB
1^a Examinadora / Orientadora


Prof. Dr. FÁBIO DO NASCIMENTO FONSECA – DHP/UFPB
2^a Examinador / Interno


Prof.^a Dr.^a ANA PAULA ROMÃO DE SOUZA FERREIRA – DHP/UFPB
3^a Examinadora / Interna

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus pelo dom da minha vida e por ter me guiado nesta vida tão cheia de tropeços, acertos e desacertos, sonhos e desejos.

Agradeço à presença materna e humana de Maria, mãe de Cristo que apontou um caminho de serenidade, confiança e amor a ser seguindo no meio de tantos espinhos e pedregulhos.

Agradeço ao meu amado marido por todo apoio e paciência até o fim.

Agradeço a todos os amigos, familiares, conhecidos, que de alguma maneira foram moldando o meu ser com seus exemplos de vida, seus diálogos e até nas ausências.

Em especial, agradeço à Universidade Federal da Paraíba, minha querida UFPB, por ter me preparado através de seus docentes, ensinando-me a lançar um novo olhar para a vida.

Profundo agradecimento à minha orientadora, Professora Thamyris Mandú, por ter me aceitado como orientanda, pela paciência, carinho e incentivo.

Agradeço aos profissionais da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio João Ribeiro por ter me acolhido com muito amor e respeito durante todo o estágio e pela informação e conhecimento que me passaram a fim de construir este trabalho.

*“Se a educação sozinha não transforma a
sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”
(Paulo Freire)*

RESUMO

A pesquisa buscou analisar o papel do Projeto Político-Pedagógico numa escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio João Ribeiro do Município de Gurinhém, PB. Padilha (2001), Muribeca (2002), Ferrari (2011), Gandin (2000) e Gadoti (1994), são os principais autores que norteiam o estudo. Buscamos identificar se o PPP era conhecido pela comunidade escolar e se era vivenciado na instituição. Para isso, utilizamos como metodologia de pesquisa a análise documental do PPP da instituição escolar e a entrevista semiestruturada com o gestor, professores, estudantes da EJA e funcionários não-docentes. Identificamos que o PPP está desatualizado, sendo datado de 2015, sem previsão de estratégias e ações para sua reelaboração. Ainda, foi possível perceber que apesar de sua existência, este não vem sendo vivenciado pela comunidade escolar e não vem executando o papel de ser o documento norteador das práticas pedagógicas e docentes desenvolvidas na escola. Apenas o gestor afirmou ter participado de sua construção, e apesar de dizer que este foi elaborado coletivamente, nenhum dos demais participantes da pesquisa afirmou ter, de fato, participado dessa construção. Os estudantes e funcionários não-docentes afirmaram desconhecer o documento. Nesse sentido concluiu-se que o trabalho coletivo e participativo é de fundamental importância para construção do PPP, pois somente quando todos participam, sentem-se responsáveis e comprometidos com o mesmo. Desta forma, podemos garantir a construção de uma gestão democrática e participativa, tendo o Projeto Político Pedagógico como uma das principais ferramentas da Gestão Escolar.

Palavras-chave: Projeto Político-Pedagógico. Participação. Gestão Escolar Democrática.

ABSTRACT

The research sought to analyze the role of the Political-Pedagogical Project in a State School of Elementary and High School João Ribeiro of Gurinhém, PB. Padilha (2001), Muribeca (2002), Ferrari (2011), Gandin (2000) and Gadoti (1994), are the main authors that guide the study. We sought to identify if PPP was known to the school community and whether it was experienced at the institution. For this, we used as research methodology the documentary analysis of the PPP of the school institution and the semi-structured interview with the manager, teachers, students of EJA and non-teaching staff. We found that the PPP is outdated, being dated 2015, with no forecast of strategies and actions for its re-elaboration. Still, it was possible to realize that despite its existence, this has not been experienced by the school community and has not been playing the role of being the guiding document of teaching practices and teachers developed in school. Only the manager claimed to have participated in its construction, and despite saying that it was elaborated collectively, none of the other survey participants claimed to have actually participated in this construction. Students and non-teaching staff stated that they did not know the document. In this sense, it was concluded that collective and participative work is of fundamental importance for the construction of the PPP, because only when everyone participates, they feel responsible and committed to it. In this way, we can guarantee the construction of a democratic and participative management, having the Pedagogical Political Project as one of the main tools of School Management.

Keywords: Political-Pedagogical Project. Participation. Democratic School Management.

LISTA DE SIGLAS/ABREVIATURAS

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

CE - Centro de Educação

CEB - Câmara de Educação Básica

CF - Constituição Federal

CME - Conselho Municipal da educação

EEEFMJR - Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio João Ribeiro

EJA - Educação de Jovens e Adultos

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC - Ministério da Educação

PPP - Projeto Político-Pedagógico

PNE - Plano Nacional da Educação

PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais

SEDEC - Secretaria da Educação e Cultura

UFPB - Universidade Federal da Paraíba

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	A GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA.....	14
3	O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO ESCOLAR	18
3.1	Conceitos e princípios	18
3.2	Legislações e outras normas que dão suporte ao PPP.....	23
3.3	Planejar: importância e prática	25
3.4	Elaboração e execução do Projeto Político-Pedagógico.....	32
4	METODOLOGIA	41
5	RESULTADOS E DISCUSSÃO	43
5.1	Caracterização da escola	43
5.2	Análise documental do Projeto Político-Pedagógico.....	43
5.3	Entrevista com o Gestor	48
5.4	Projeto Político-Pedagógico: entrevista com os professores	50
5.5	Projeto Político-Pedagógico: entrevista com os estudantes e funcionários.....	51
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
	REFERÊNCIAS	56
	APÊNDICE 1 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO ...	60
	APÊNDICE 2 - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM O GESTOR.....	62
	APÊNDICE 3 - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS PROFESSORES	63
	APÊNDICE 4 - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS ALUNOS DA EJA	64
	APÊNDICE 5 - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS FUNCIONÁRIOS	65

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa visa tecer discussões acerca das questões que envolvem o Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio João Ribeiro (EEFMJR) do município de Gurinhém/PB, a pesquisa buscou analisa o papel do Projeto Político- Pedagógico da escola EEFMJR, de forma articulada, permite elucidar o papel central da gestão escolar e do docente enquanto coautores das condições necessárias ao desenvolvimento do ensino e da aprendizagem da escola. Formular um documento que norteie as ações da instituição de ensino é aprimorar, humanizar e direcionar o fazer pedagógico com suas peculiaridades.

O PPP deve ser abrangente no sentido de elencar todos os segmentos da escola, tendo em vista todos os desafios existentes em nossa sociedade, e os percalços enfrentados pela educação em todos os âmbitos, incluindo as responsabilidades nessa construção coletiva e de posterior execução. Dessa forma constitui-se algo real e necessário, conciliando e organizando a dinâmica do processo educativo dentro da escola.

Ferrari (2006), afirma que:

A elaboração da Proposta Pedagógica é um marco importante no processo de construção de um documento vivo, uma vez que deverá estar refletido o pensamento dos educadores que atuam na Instituição Educacional. Portanto, caberá a cada Instituição Educacional demonstrar num esforço coletivo por meio de discussões, reflexões, troca de experiência, entre outros procedimentos, a grande conquista que é a implantação de um modelo de educação que possa mediar transformar e ressignificar o cotidiano escolar (FERRARI, 2006, p. 5).

Percebe-se nesse documento um laço de cumplicidade com a organização didática dos conteúdos, contextualizados as perspectivas e exigências da sociedade contemporânea, tendo como perspectiva uma educação embasada nas diversidades do ser humano, e no seu desenvolvimento integral. A elaboração desse documento é muito importante para instituição e serve como fio condutor e orientador de todas as suas ações deliberativas ao longo do ano letivo.

Cabe ressaltar que a Proposta Pedagógica da escola, apesar de ser uma ação conjunta e reflexiva de toda comunidade escolar, deve se pautar também nos documentos oficiais das políticas educacionais, tais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), as Diretrizes Curriculares Nacionais e os Parâmetros Curriculares e, mais recentemente, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9.394/96), em seu artigo 12, título IV, deixa claro a responsabilidade que tem as instituições de ensino no que se refere à incumbência de elaborar seu projeto político pedagógico. Neste sentido, afirma o citado artigo da lei:

Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão incumbência de:

I - Elaborar e executar sua proposta pedagógica.

IV- Informar os pais e responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica (BRASIL, 1996).

Em seguida, em seu artigo 13 ressalta o papel desempenhado pelo docente na elaboração e cumprimento da proposta pedagógica das instituições de ensino. Os docentes como parte essencial da construção da identidade institucional, são citados como parte participante da elaboração do PPP, assim como principal executor de suas ações diante ao contato direto com a realidade com o ambiente escolar. A formação profissional e suas expectativas diante as expectativas de desenvolvimento do ser humano social e cidadão.

Portanto, o Projeto Político-Pedagógico da escola apresenta dimensões que implicam em sua construção de formas coletivas, dinâmicas e interativas. Carecendo conter em sua textura as tomadas de decisões, sendo estas flexíveis e mutáveis para atender a pluralidade existente no ambiente educacional. Esse documento também necessita conter os objetivos, as metas, a missão, os recursos humanos e financeiros, assim como, as ações e os projetos devendo estar bem formulados norteando como esses, serão realizados no decorrer do ano letivo.

O presente tema foi escolhido com intuito de estudar através de uma pesquisa mais aprofundada de que forma o Projeto Político-Pedagógico é construído na unidade de ensino em uma Escola Estadual no município de Gurinhém, no interior da Paraíba, nas minhas vivências de estagiária em uma escola estadual, percebi que o PPP não era disponibilizado á comunidade escolar, visto que é um documento tão importante, resolvi estudar por meio de análise como acontece sua elaboração e se os seguimentos fazem parte da sua construção. Buscando compreender como a participação dos gestores, docentes, pais, alunos e a própria comunidade escolar, implementam ações no PPP escolar, para atender a necessidade da escola no que diz respeito ao eixo central do trabalho didático a ser desenvolvido ao longo do ano.

Essa inquietação surgiu durante as vivências enquanto estudante de pedagogia, nas disciplinas voltadas às práticas pedagógicas e de ensino, sobretudo as de estágio, por perceber que muitas vezes as escolas não davam muita importância para esse documento que se

apresenta tão importante para escola. Diante disso alguns questionamentos foram suscitados: como é organizado o processo de elaboração do PPP? Como é a atuação dos diversos segmentos escolares na gestão escolar e na construção e efetivação do PPP? O PPP da escola caracteriza-se como um instrumento direcionador do processo pedagógico da instituição? A partir de tais questionamentos iniciais, elencamos a questão central da pesquisa: Qual o papel do Projeto Político-Pedagógico na escola pública Estadual de Ensino Fundamental é Médio João Ribeiro?

O PPP ganha importância desde a disseminação do paradigma de gestão democrática, que começa a se fortalecer no Brasil a partir da redemocratização, aparecendo já na nossa CF como um dos princípios da educação nacional. A construção do PPP deve ser democrática e humanizada, de tal forma que visa a formar sujeitos críticos, autônomos e atuantes, todavia precisamos de escolas que promovam educação de fato para que exerçam seu poder de cidadania plenamente e assim seja instrumento real de transformação.

Assim, esta pesquisa tem como objetivo geral analisar o papel do projeto político-pedagógico numa escola estadual no município de Gurinhém/ PB, no interior da Paraíba. E nos seguintes objetivos específicos: identificar de que forma o PPP está sendo elaborado e vivenciado na instituição escolar; compreender as concepções da gestão que embasam o documento e seu processo de constituição; verificar se o mesmo é conhecido e vivenciado pela comunidade escolar.

Entendemos que administrar uma instituição escolar requer conhecimento, tempo, colaboração e planejamento de uma série de pessoas envolvidas com o ambiente escolar. Porém, tem grandes chances de acabar se voltando para a figura central da direção o problema é que os diretores já realizam inúmeras tarefas, como lidar com fornecedores, com os parceiros da instituição, com o corpo docente e até com os responsáveis dos alunos e interessados na matrícula escola.

Por isso, é importante que os gestores das instituições de ensino fiquem atentos a algumas obrigações escolares que servem de parâmetro para o bom desenvolvimento do ensino. É aqui que entra o projeto político-pedagógico (PPP), uma ferramenta primordial na organização e no direcionamento do ano letivo e da própria instituição.

No Brasil, se intensificou a elaboração dos projetos políticos pedagógicos após a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), que em seus artigos 12, 13 e 14 estabeleceram a obrigatoriedade de uma proposta pedagógica para as escolas de educação básica. A mesma legislação deixa claro o caráter político da escola, pois deixa

visível, como seu principal papel a formação de cidadãos. Mas, qual a importância do PPP para a Educação?

As palavras de Veiga (2005) respondem a indagação. Para ela o PPP torna-se uma direção para as ações da escola. Sendo um ato intencional que deve ser estabelecido coletivamente e, por isso, passa a ser compromisso de todos.

Refletindo opções de escolha, prioridades para a formação de cidadãos e expressando atividades pedagógicas que levam a escola a alcançar seus objetivos educacionais. O PPP é importante para a Educação por ser um documento que diz não à uniformização, e requer que toda a comunidade escolar participe da sua construção. Deixou de ser apenas um conjunto de planos e diretrizes e se fez amplo, justamente, por ser projeto, por ser político e por ser pedagógico.

Para embasar teoricamente as concepções desenvolvidas nas entrelinhas do trabalho foram feitas leituras de autores que se debruçavam com afinco sobre a temática projeto político-pedagógico, articulando com as impressões desenvolvidas na aprendizagem durante o período acadêmico.

O levantamento das pesquisas realizadas no âmbito da Universidade Federal da Paraíba através da biblioteca na consulta de acervo do CE, utilizando na plataforma a palavra “monografia” sobre os TCC, quer falavam sobre o PPP e Gestão escolar da UFPB, no ano de 2009 a 2019 são 5 trabalhos falando sobre o projeto político-pedagógico e 29 sobre gestão escolar e gestão democrática, onde foi possível identificar qual a constância de trabalho feito e os debates acerca da temática do presente trabalho, tendo-a como de extrema importância para a educação e na formação dos educadores. A presente temática se configura no aspecto do avanço das políticas educacionais e suas conexões com o tema da gestão participativa e democrática, ação pedagógica e o projeto político-pedagógico que foram trabalhados nessas monografias, falam sobre o projeto político-pedagógico das escolas e a gestão democrática como base de participação de toda a comunidade escolar. Analisando o processo do gestor escolar de forma democrática e sua relação com o projeto político-pedagógico, que contribuir para melhoria das escolas públicas.

Na primeira parte, busca-se discutir a fundamentação teórica da pesquisa. Primeiramente através de um resgate histórico sobre gestão escola e gestão democrática o projeto político-pedagógico só vem a existir a partir dessa concepção de gestão democrática, a partir da LDBEN (1996), falando sobre o projeto político-pedagógico como norteador das práticas pedagógicas da escola, conceitos e princípios do PPP e outras normas que dão suporte

ao PPP, a importância e a praticar de se planeja, como instrumento de planejamento e participação e sua elaboração e execução do projeto político-pedagógico.

Em seguida será apresentada a metodologia da pesquisa que explicitará Informações de grande valia, como o tipo de pesquisa escolhida e fonte de coleta de dados, as características do local de pesquisa, os sujeitos escolhidos para participar, a justificativa da escolha da análise documental, bem como o embasamento teórico que subsidia a realização dessa linha de abordagem.

E por fim, realizamos a discussão dos dados coletados durante a pesquisa e analisados à luz de referenciais teóricos, primeiramente a análise documental do Projeto Político-Pedagógico da escola que diz respeito à postura da gestão em relação às suas práticas e ações voltadas à promoção da aprendizagem na escola, bem como os mecanismos de manutenção do bom funcionamento da escola. Além disso, realizamos procedemos à análise dos dados obtidos através das entrevistas com a gestão escolar e os docentes atuantes na instituição.

Concluimos o trabalho tecendo as considerações finais, onde realizamos a síntese de todos os achados e conhecimentos que conseguimos alcançar com a pesquisa.

2 A GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA

Neste capítulo, pretendemos situar os temas em discussão partindo de uma definição dos mesmos do contexto geral até o mais específico, voltado para a abordagem à qual estamos tratando no presente trabalho. Iremos discorrer sobre um breve histórico sobre gestão escolar e a gestão democrática pra depois aprofundar as discussões sobre o Projeto Político-Pedagógico, falando sobre seus conceitos e princípios, a Legislação e outras normas que dão suporte ao mesmo, a importância e a prática de se planejar, sua função como instrumento de planejamento e participação e sua elaboração e execução.

O Projeto Político-Pedagógico só vem a existir a partir da concepção de gestão democrática, a partir da LDBEN (1996) que vai dizer que uma das formas de se efetivar a gestão democrática é a construção coletiva do projeto político-pedagógico sendo fundamental a participação de professores e de membros de toda a comunidade escolar na sua construção.

A Gestão Democrática é uma forma de gerir uma instituição de maneira que possibilite a participação, transparência e democracia. Esse modelo de gestão, segundo Vieira (2005), representa um importante desafio na operacionalização das políticas de educação e no cotidiano da escola. A construção democrática surgiu a partir da construção federal de 1988, é por causa dela dessa nova concepção que nos temos esse PPP como mecanismo tanto de planejamento, mas também como mecanismo de participação e de democracia dentro da instituição escolar.

Para Luck (2008), a gestão escolar relaciona-se a uma atuação que foca em promover a organização, mobilização e articulação das condições essenciais para garantir o avançar do processo sócio educacional das instituições de ensino e possibilitar que elas promovam o aprendizado dos alunos de forma efetiva. A gestão escolar aborda questões concretas da rotina escolar e busca garantir que as instituições de ensino tenham as condições necessárias para cumprir seu papel principal: ensinar com qualidade e formar cidadãos com as competências e habilidades indispensáveis para sua vida pessoal e profissional.

A gestão escolar estabelece o direcionamento e a mobilização capazes de sustentar e dinamizar a cultura das escolas, para realizar ações conjuntas, associadas e articuladas, sem as quais todos os esforços e gastos são despendidos sem muito resultado, o que, no entanto, tem acontecido na educação brasileira, uma vez que se tem adotado, até recentemente, a prática de buscar soluções típicas, localizadas, quando, de fato, os problemas são globais e inter-relacionados.

Assim, destaca Luck (2006) a importância e a responsabilidade de todos no processo de gestão:

No caso da gestão da escola, corresponde a dar vez e voz e envolver na construção e implementação do seu projeto político-pedagógico a comunidade escolar como um todo: professores, funcionários, alunos, pais e até mesmo a comunidade externa da escola, mediante uma estratégia aberta de diálogo e construção do entendimento de responsabilidade coletiva pela educação (LUCK, 2006, p. 81).

A qualidade da educação é de interesse tanto da equipe escolar como dos pais por isso faz-se necessário uma relação mais próxima entre a escola e as famílias. Quando o gestor e sua equipe perguntam, registra e divulga as necessidades e aspiração da comunidade escolar existe uma maior possibilidade de se atingir o principal objetivo da educação: formar cidadãos não apenas com conteúdos teóricos, mas também críticos e com capacidade de fazer escolhas conscientes.

De acordo com Libâneo (2005), a gestão democrática participativa valoriza a participação da comunidade escolar no processo de tomada de decisão, apostando na construção coletiva dos objetivos e do funcionamento da escola através do diálogo, do consenso.

Para que haja uma verdadeira gestão democrática, o diretor, os professores, os funcionários, os alunos e a comunidade devem ter os mesmos ideais participativos, onde o gestor deve comunicar esclarecer, perguntar e delegar responsabilidades entre todos os que participam da comunidade escolar. Os participantes desta comunidade precisam entender sua responsabilidade no grupo, pois em um modelo participativo as decisões atingem a todos.

A gestão democrática, a participação dos profissionais e da comunidade escolar, a elaboração do projeto pedagógico da escola, a autonomia pedagógica e administrativa são elementos fundamentais para a construção participativa da gestão escolar (RIBEIRO; MENIN, 2005, p. 68).

Existem instrumentos que são fundamentais no desenvolvimento de uma gestão democrática, sendo imprescindíveis na realização de ações democráticas dentro da escola: o Conselho Escolar e o Projeto Político-Pedagógico.

A administração é uma das formas de gestão, pois define metas e quais recursos serão necessários para alcançá-las envolvendo e organizando os colaboradores para o alcance destas metas, além de a realização das atividades corrigindo-as quando necessário. Administração e gestão não são sinônimos, porém são processos complementares, pois processos de gestão bem sucedidos estão intimamente ligados a bons procedimentos de administração.

Isso porque, conforme indicado, bons processos de gestão dependem e se baseiam em processos e cuidados de administração bem resolvida. A administração constitui um conceito e conjunto de ações fundamentais para o bom funcionamento de organizações, por estabelecer as condições estruturais básicas para o seu funcionamento. Daí ser incorporada pela gestão em seu escopo, como gestão administrativa. (LUCK, 2007, p. 109, 110).

A administração geralmente está ligada a processos burocráticos e a gestão relaciona-se com uma proximidade maior entre líderes e liderados, uma maior cooperação nas decisões e resultados, porém administração e gestão devem caminhar juntas, complementando-as mutuamente.

O conselho escolar é composto por pais, professores, funcionários, alunos e a comunidade em geral. É um órgão deliberativo responsável pela tomada de decisão de questões no âmbito escolar, sendo um instrumento de democratização da escola.

As atribuições do Conselho Escolar dependem das diretrizes do sistema de ensino e das definições das comunidades local e escolar. O importante é não perder de vista que o Regimento, a ser construído coletivamente na escola, constitui a referência legal básica para o funcionamento da unidade escolar e, desse modo, é fundamental que a instituição educativa tenha autonomia para elaborar seu próprio regimento. Dentre as principais atribuições do Conselho destacamos a sua função de coordenação do coletivo da escola e a criação de mecanismos de participação (BRASIL, 2004, p. 45).

Além de, como anteriormente citado, o conselho escolar ser um instrumento de democratização da escola também auxilia na aprendizagem da função política da educação à medida que os alunos se organizam para formar os grêmios estudantis que também possuem poder decisório dentro da unidade escolar. Apenas participar dos conselhos escolares não assegura a prática de uma gestão democrática. É preciso que os membros destes conselhos participem das decisões de forma democrática, deixando de lado interesses pessoais e priorizar as necessidades coletivas.

Os Conselhos escolares tornam-se, neste contexto, instrumentos importantes para a desejada prática democrática. A escolha democrática dos dirigentes escolares e a consolidação da autonomia das escolas alinham-se aos colegiados com a finalidade de desvendar os espaços de contradição gerados pelas novas formas de articulação dos interesses sociais. A partir do conhecimento destes espaços, certamente presentes no cotidiano da vida escolar e das comunidades, é que será possível ter os elementos para a proposição e construção de um projeto inclusivo (AZEVEDO; GRACINDO, 2005, p. 34).

Os Conselhos escolares são órgãos de democratização das escolas à medida que representam as opiniões e sugestões da comunidade e, com isso, dividem as responsabilidades

com os gestores escolares sobre decisões pertinentes à escola tornando-se assim um elemento fundamental para uma gestão participativa e democrática.

3 O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO ESCOLAR

Este capítulo aborda sobre os conceitos e princípios sobre o Projeto Político-Pedagógico, a legislação e outras normas que dão suporte ao PPP, ao planejamento sua importância e prática elaboração e execução do Projeto Político-Pedagógico.

3.1 Conceitos e princípios

A abordagem do Projeto Político-Pedagógico, como organização do trabalho da escola como um todo, está fundada nos princípios que deverão nortear a escola democrática, pública e gratuita para todos.

Sobre a igualdade de condições para acesso e permanência na escola, Saviani (1982), alerta-nos para o fato de que há uma desigualdade no ponto de partida, mas a igualdade no ponto de chegada deve ser garantida pela mediação da escola. O autor destaca que, “só é possível considerar o processo educativo em seu conjunto sob a condição de se distinguir a democracia como possibilidade no ponto de partida e democracia como realidade no ponto de chegada” (SAVIANI, 1982, p. 63).

Igualdade de oportunidades para todos os alunos requer, portanto, mais que a expansão quantitativa de ofertas; requer ampliação do atendimento com simultânea manutenção de qualidade.

A qualidade segundo Veiga (2002) não pode ser privilégio de minorias econômicas e sociais. O desafio que se coloca ao projeto político-pedagógico da escola é o de propiciar uma qualidade e igualdade para todos. A qualidade que se busca implica duas dimensões indissociáveis: a formal ou técnica e a política. Uma não está subordinada à outra; cada uma delas tem perspectivas próprias. A primeira enfatiza os instrumentos e os métodos, a técnica. A qualidade formal não está afeita, necessariamente, a conteúdos determinados. Demo afirma que a qualidade formal: “[...] significa a habilidade de manejar meios, instrumentos, formas, técnicas, procedimentos diante dos desafios do desenvolvimento” (Demo, 1994, p. 14).

A qualidade política é condição imprescindível da participação segundo Veiga (2002). Está voltada para os fins, valores e conteúdos. Quer dizer “a competência humana do sujeito em termos de se fazer e de fazer história, diante dos fins históricos da sociedade humana” (DEMO, 1994, p. 14).

A escola de qualidade tem obrigação de evitar todas as maneiras possíveis a repetência e a evasão. Tem que garantir a meta qualitativa do desempenho satisfatório de todos.

Qualidade para todos, portanto, vai além da meta quantitativa de acesso global, no sentido de que as crianças, em idade escolar, entrem na escola. É preciso garantir a permanência dos que nela ingressarem. Em síntese, qualidade “implica consciência crítica e capacidade de ação, saber e mudar” (DEMO, 1994, p. 19).

A Gestão Democrática é um princípio consagrado pela Constituição vigente e abrange as dimensões pedagógica, administrativa e financeira. Ela exige uma ruptura histórica na prática administrativa da escola, com o enfrentamento das questões de exclusão e reprovação e da não-permanência do aluno na sala de aula, o que vem provocando a marginalização das classes populares. Esse compromisso implica a construção coletiva de um projeto político-pedagógico ligada à educação das classes populares.

A gestão democrática exige a compreensão em profundidade dos problemas postos pela prática pedagógica das escolas. Ela visa romper com a separação entre concepção e execução, entre o pensar e o fazer, entre teoria e prática. Busca resgatar o controle do processo e do produto do trabalho pelos educadores. A busca da gestão democrática inclui, necessariamente, a ampla participação dos representantes dos diferentes segmentos da escola nas decisões/ações administrativo-pedagógicas ali desenvolvidas. Segundo as palavras de Marques (1990):

A participação ampla assegura a transparência das decisões, fortalece as pressões para que sejam elas legítimas, garante o controle sobre os acordos estabelecidos e, sobretudo, contribui para que sejam contempladas questões que de outra forma não entrariam em cogitação (MARQUES, 1990, p. 21).

Neste sentido, fica claro entender que a gestão democrática, no interior da escola, não é um princípio fácil de ser consolidado, pois se trata da participação crítica na construção do projeto político-pedagógico e na sua gestão, assim como toda comunidade escolar, fazem parte desse projeto político-pedagógico, com sua participação.

A liberdade é outro princípio constitucional, segundo Veiga (2005), o princípio da liberdade está sempre associado à ideia de autonomia. O que é necessário, portanto, como ponto de partida, é o resgate do sentido dos conceitos de autonomia e liberdade. A autonomia e a liberdade fazem parte da própria natureza do ato pedagógico. O significado de autonomia remete-nos para regras e orientações criadas pelos próprios sujeitos da ação educativa, sem imposições externas.

Segundo Veiga (2005), a valorização do magistério é um princípio central na discussão do projeto político-pedagógico. A qualidade do ensino ministrado na escola e seu

sucesso na tarefa de formar cidadãos capazes de participar da vida socioeconômica, política e cultural do país relacionam-se estreitamente a formação (inicial e continuada), condições de trabalho (recursos didáticos, recursos físicos e materiais, dedicação integral à escola, redução do número de alunos na sala de aula etc.), remuneração, elementos esses indispensáveis à profissionalização do magistério.

A melhoria da qualidade da formação profissional e a valorização do trabalho pedagógico requerem a articulação entre instituições formadoras, no caso as instituições de ensino superior e a Escola Normal, e as agências empregadoras, ou seja, a própria rede de ensino. A formação profissional implica, também, a dissociabilidade entre a formação inicial e a formação continuada. O reforço à valorização dos profissionais da educação, garantindo-lhes o direito ao aperfeiçoamento profissional permanente, significa “valorizar a experiência e o conhecimento que os professores têm a partir de sua prática pedagógica” (VEIGA; CARVALHO, 1994, p. 51).

A formação continuada é um direito de todos os profissionais que trabalham na escola, uma vez que não só ela possibilita a progressão funcional baseada na titulação, na qualificação e na competência dos profissionais, mas também propicia, fundamentalmente, o desenvolvimento profissional dos professores articulado com as escolas e seus projetos.

Veiga e Carvalho (1994) afirmam que, “o grande desafio da escola, ao construir sua autonomia, deixando de lado seu papel de mera "repetidora" de programas de "treinamento", é ousar assumir o papel predominante na formação dos profissionais” (VEIGA; CARVALHO, 1994, p. 50).

Acreditamos que os princípios analisados e o aprofundamento dos estudos sobre a organização do trabalho pedagógico trarão contribuições relevantes para a compreensão dos limites e das possibilidades dos projetos político-pedagógicos voltados para os interesses das camadas menos favorecidas. Veiga (1991) acrescenta, ainda, que:

A importância desses princípios está em garantir sua operacionalização nas estruturas escolares, pois uma coisa é estar no papel, na legislação, na proposta, no currículo, e outra é estar ocorrendo na dinâmica interna da escola, no real, no concreto (VEIGA, 1991, p. 82).

O termo Projeto Político-Pedagógico carrega consigo significações derivadas dos próprios termos que compõem seu nome. Machado (2004) traz uma contribuição significativa quando faz uma análise do termo projeto, considerando uma perspectiva abrangente, que

envolve as dimensões metodológicas, biológicas, psicológicas, políticas, sem separá-lo do outro que a completa, ou seja, que traz a ideia de valor. De acordo com o autor,

projetam, portanto, todos os que estão vivos, todos os que antecipam cursos de ação, os que concebem transformações de situações existentes em outras imaginadas e preferidas, elegendo metas a serem perseguidas, tanto em termos pessoais quanto em termos coletivos, o que situa a ideia de projeto no terreno próprio do exercício da cidadania (MACHADO, 2004, p. 1, 2).

Ele inicia destacando o sentido etimológico do termo, que deriva do latim *projectus*, participio passado *projicere*, com o sentido de jato lançado para frente. Em outro momento o investigador associa o termo a duas famílias de proximidade (programa e problema). Finalmente, considerando o sistema de proximidade associado à raiz *jactum*, relaciona a termos como *subjectus* (sujeito), *objectum* (objeto), *trajectus* (trajeto).

A relativa ambiguidade de tais palavras, longe de constituir-se de problema a ser superado, situa-se, como se vê, na raiz de tais noções, abrindo caminho para o estabelecimento de fecundas articulações entre os elementos de pares como sujeito/objeto, interior/exterior, forma/conteúdo, processo/produto, individual/social, entre outros (MACHADO, 2004, p. 4).

Machado (2004) ainda destaca o termo sob o ponto de vista da língua inglesa, relacionado a design (desenho), que na atualidade traz maior aproximação com o sentido de projeto que a palavra inglesa *project*. De maneira geral, o sentido inglês diz respeito à relação singular existente entre o intento individual e de reprodução, entre a criação do novo e imaginário coletivo.

Veiga (1995) também traça, de forma mais simples, o sentido etimológico do termo projeto, dizendo que o significado está associado à concepção de lançar-se para diante. “Ao construirmos os projetos de nossas escolas, planejamos o que temos intenção de fazer, de realizar. Lançamo-nos para diante, com base no que temos, buscando o possível. É antever um futuro diferente do presente” (VEIGA, 1995, p. 12).

É possível verificar, segundo Machado (2004), que todas as palavras associadas ao termo projeto guardam estreita relação com o conceito que se apreende da palavra na atualidade. Não há como se conceber o projeto sem o individual em relação ao coletivo, sem a relação sujeito/objeto, sem o sentido de trajeto, sem articular à estrutura organizada, sem a ideia do novo, sem lançar-se para o futuro a fim de modificar determinada realidade, sem vincular a exercício de cidadania.

Machado (2004) diz que o sentido do projeto está relacionado à algumas características, na verdade, à três: a referência ao futuro, a abertura para o novo e o caráter indelegável da ação projetada. O autor tem um entendimento, de certa forma, metafísico,

Sem projetos, portanto, não existe vida, em sentido humano. Tanto em sentido pessoal como em sentido coletivo, a ideia de crise está sempre associada a uma ausência de, ou a uma transformação radical nos projetos que nos mantêm vivos ou nos valores que os sustentam. Excluindo-se o ponto de vista religioso, a morte é o fim de todos os projetos. Desde a ideia original da relação do ser humano com Deus, as religiões em seus múltiplos avatares, buscam projetar uma outra vida, extraterrena, ou fazer o homem projetar-se até ela. (MACHADO, 2004, p. 9).

Sobre o viés político-pedagógico, Veiga (1995) diz que as dimensões políticas e pedagógicas têm uma significação indissociável, não sendo nem descritiva nem constatativa, mas constitutiva. Em relação ao segundo conceito (pedagógico), há a possibilidade de se desenvolver uma experiência participativa democrática, considerando o discurso dos sujeitos, promovendo a cidadania. Essa relação complexa realiza-se entre as dimensões políticas e pedagógicas peculiares de cada escola. Nessa perspectiva reside a singularidade e o alicerce do PPP.

Machado (2004) reitera que as utopias têm um papel fundamental na criação do projeto e um afastamento desse sentido pode significar uma falta de vontade de mudar a realidade e fomentar a história.

Veiga (1995) entende o PPP como a própria organização da escola. A construção desse documento norteador compreende os princípios da igualdade, qualidade, liberdade, gestão democrática e da valorização do magistério.

O currículo faz parte da organização escolar e compreende interação entre indivíduos com os mesmos objetivos e escolha de um referencial norteador. Ele significa construção social do conhecimento produzido ao longo da história por meio de metodologia de produção, transmissão e assimilação (VEIGA, 1995).

É através do PPP que se compreende o funcionamento escolar, as suas necessidades prementes e dificuldades enfrentadas, para que as experiências sirvam para desenvolver os planejamentos futuros. Pode-se dizer que o PPP é o principal instrumento para a apreensão da escola, de seus limites e de suas possibilidades. O PPP tem relevante papel na medida em que indica um caminho a ser seguido, traz uma proposta de mudança, leva a reflexão sobre que escola desejou. Segundo Veiga (2003),

a consolidação da educação básica e superior como componente da educação escolar e como direito de todos os cidadãos é um objetivo não somente do governo, mas de

toda a sociedade brasileira. Portanto, além de garantir as condições de acesso e permanência de crianças, jovens e adultos nesses componentes educacionais, é preciso construir um projeto político-pedagógico de educação básica e superior de qualidade, comprometido com as múltiplas necessidades sociais e culturais da população (VEIGA, 2003, p. 268).

De acordo com Oliveira (2005), a implantação do PPP é indispensável para que se forme disciplina consensual descentralizada, contando com a participação de todos (educadores, educandos, pais ou responsáveis e comunidade). As normas devem ser estabelecidas por meio de um processo participativo consciente, respeitando a autonomia, e fazendo com que os educandos compreendam seus direitos e deveres. Neste sentido para o desenvolvimento do PPP observa-se a necessidade de planejar.

3.2 Legislações e outras normas que dão suporte ao PPP

As legislações básicas que fundamentam e fazem parte do PPP e da educação são: a Constituição Federal - CF (1988); a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN n. 9.394/1996); o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA/ Lei n. 8.069/1990; a resolução do Conselho Municipal do Município de Educação do Município de João Pessoa n.º 02/2000; a Lei 10.639/2003, modificada pela Lei n. 11.645/2008; Resolução CEB n. 02/1998; a Resolução 023/1998.

O PPP torna-se o instrumento mais relevante para refletir, sistematizar, implementar uma política de educação. No tocante ao PPP, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9.394/96), promulgada em 20 de dezembro de 1996, estabelece:

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de: I - elaborar e executar sua proposta pedagógica; II - administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros; III - assegurar o cumprimento dos dias let, vos e horas-aula estabelecidas; IV - velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente; V - prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento; VI - articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola; VII - informar os pais e responsáveis sobre a freqüência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica. VIII - notificar ao Conselho Tutelar do Município, ao juiz competente da Comarca e ao respectivo representante do Ministério Público a relação dos alunos que apresentem quantidade de faltas acima de cinquenta por cento do percentual permitido em lei. (Inciso incluído pela Lei nº 10.287, de 20. 09. 2001) (BRASIL, 1996).

A lei supracitada indica algumas responsabilidades do corpo docente, incluindo a construção e o cumprimento do PPP, no Art. 13, fala sobre a participação e elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento do ensino zelando pela aprendizagem dos alunos,

estabelecendo estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento e ministra os dias letivos dos alunos, colaborando com atividades e articulação da escola com a família. Por fim, a mesma lei trata das normas dos sistemas de ensino na Educação Básica e admite que a forma de gestão no ensino público é a democrática e reforça a participação dos educadores na construção do PPP. No Art. 14 os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios de participação dos profissionais de educação e na elaboração do projeto pedagógico da escola e participação de toda comunidade escolar.

As Instruções Normativas da Secretaria de Educação e Cultura - SEDEC, do Município João Pessoa, servem de base para as ações do PPP, que deve ser validado pelo Conselho Municipal de Educação - CME. A SEDEC enviou este ano uma Proposta de Regulamento de Plano de Especialistas, norteador a construção do Plano Anual desses profissionais e, concomitantemente, na construção do PPP. Há de se verificar qual a intenção do órgão governamental em estabelecer diretrizes para o desenvolvimento do plano da equipe de especialistas. Sabe-se que essa equipe desempenha papel fundamental no desenvolvimento das atividades cotidianas da escola. Seria interessante você ter acesso a esse material e trazer um pouco do que ele fala sobre o PPP.

A Meta 19 do Plano Nacional de Educação (PNE) tem como principal objetivo “assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto”. Com o objetivo de subsidiar o monitoramento e a avaliação dessa meta, esta seção apresenta análises referentes a três de suas oito estratégias, que são:

- (•19.1) priorizar o repasse de transferências voluntárias da União na área da educação para os entes federados que tenham aprovado legislação específica que regulamente a matéria na área de sua abrangência, respeitando-se a legislação nacional, e que considere, conjuntamente, para a nomeação dos diretores de escola.
- (•19.6) estimular a participação e a consulta de profissionais da educação, alunos e seus familiares na formulação dos projetos político-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, assegurando a participação.
- (•19.7) favorecer processos de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira nos estabelecimentos de ensino (BRASIL, 2014).

O tema da gestão democrática é detalhado no Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I - participação dos profissionais da

educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (BRASIL, 1996).

Observa-se que esse artigo retoma a ideia inicial sobre a responsabilidade dos sistemas de ensino pela regulamentação das normas da gestão democrática, sendo a participação de dois atores considerada nesse processo: dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e das comunidades escolar e local nos conselhos escolares.

3.3 Planejar: importância e prática

O ato de planejar propõe-se uma construção de ações significativas, pela qual, segundo Gandin (1983), é desencadeada dentro de um período de tempo determinado, se propondo a criar algo que não existia antes, dando o entendimento de uma ação programada para a melhoria no processo de ensino e aprendizagem, buscando mudanças e melhorias.

Para Gadotti (1994):

Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente (GADOTTI, 1994, p. 579).

O Projeto Político-Pedagógico, nada mais é que o planejamento de todas as atividades que irão ocorrer dentro de uma respectiva escola em um ano letivo. É um compromisso coletivo firmado por todos os membros e partícipes de uma escola. Torna-se político, pois traz em seu bojo como principal objetivo a formação de cidadãos para um determinado tipo de sociedade. É pedagógico, pois advém deste compromisso a intencionalidade de efetivar na prática a formação de indivíduos críticos e construtivos. Partindo desta premissa a escola precisa organizar seu Projeto Político-Pedagógico com base em seus alunos; portanto é na escola seu local de concepção, reavaliação e avaliação.

O Projeto Político-Pedagógico é construído e vivenciado cotidianamente por todos os envolvidos no processo; logo ele é permanente e reflexivo propiciando a problematização da realidade escolar na busca de opções viáveis e democráticas. A organização do trabalho também faz parte do projeto pedagógico, pois o mesmo busca superar os conflitos do cotidiano, eliminando as relações de autoridade e competitividade diminuindo os efeitos da fragmentação do trabalho.

Partindo desta premissa cabe à administração central - (Ministério da educação e Cultura- MEC, Secretarias de educação, etc.) - propiciar as instituições de ensino meios que

as possibilitem criar e desenvolver seus respectivos PPPs e não definir modelos prontos. Cada escola, em conjunto com seu corpo docente buscará as medidas necessárias para aplicar o fazer pedagógico de forma elaborada e sistematizada. A escola como instituição social buscará formar através de seu Projeto Político-Pedagógico indivíduos que não se afastem do homem enquanto sujeito integrante da sociedade capitalista, indivíduos que estarão prontos e adaptados à sociedade capitalista atual; indivíduos capazes de pensar de acordo com seu tempo; que trarão em sua formação as determinações e contradições desta mesma sociedade.

Ao fazer uma análise da relevância do PPP, Carvalho (2004) relata que:

O projeto político-pedagógico pode ser considerado como a carteira de identidade da escola, evidenciando os valores que cultua, bem como o percurso que pretende seguir em busca de atingir a intencionalidade educativa. Espera-se que prevaleça o propósito de oferecer a toda a igualdade de oportunidades educacionais, o que não significa necessariamente, que as oportunidades sejam as mesmas e idênticas para todos (CARVALHO, 2004, p. 156).

O projeto político-pedagógico é o elemento que norteia todo o trabalho dos membros da escola. Nele devem estar contidas todas as metas e planejamento do que se pretende e o que deve ser feito para se chegar aonde se quer, buscando assim a construção de uma realidade sólida da educação. Segundo Vasconcellos (2004), o projeto político-pedagógico:

É o plano global da instituição. Pode ser entendido como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de planejamento participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. É um instrumento teórico - metodológico para a intervenção e mudança da realidade. É um elemento de organização e integração da atividade prática da instituição neste processo de transformação (VASCONCELLOS, 2004, p. 169).

De acordo com Silva (2003),

O projeto político-pedagógico da escola pública, eixo ordenador e integrador do pensar e do fazer do trabalho educativo. Se concebido adequadamente, [...]. Revelam quem é a comunidade escolar, quais é seus desafios com relação à boa formação, à conquista da autonomia e da gestão democrática, capaz esta de organizar, executar e avaliar o trabalho educativo de todos os sujeitos da escola [...]. Eis o nosso desafio, recolocar o projeto político-pedagógico no centro de nossas discussões e práticas, concebendo-o como instrumento singular para a construção da gestão democrática (SILVA, 2003, p. 298).

O PPP não deve ser elaborado apenas para atender a uma exigência burocrática. O mesmo é contínuo, pode ser reformulado quando necessário e, principalmente, não deve ser guardado e esquecido. É ferramenta fundamental a ser usada como guia das atividades pedagógicas, colocando em prática ações que neste apresentam-se como propostas, podendo a

escola avaliar continuamente estas ações, e futuramente sanar as dificuldades encontradas no processo de ensino e aprendizagem.

A construção coletiva do projeto político-pedagógico é fundamental para a democratização e conquista da autonomia da escola. Para Veiga (2009),

a principal possibilidade de construção do projeto político-pedagógico passa pela relativa autonomia da escola, de sua capacidade de delinear sua própria identidade. Isto significa resgatar a escola como espaço público, lugar de debate, do diálogo, fundado na reflexão coletiva. Portanto, é preciso entender que o projeto político-pedagógico da escola dará indicações necessárias à organização do trabalho pedagógico, que inclui o trabalho do professor na dinâmica interna da sala de aula (VEIGA, 2009, p. 14).

Ainda para a mesma autora, para que a construção coletiva do projeto político-pedagógico seja possível não é necessário convencer os professores, a equipe escolar e os funcionários a trabalhar mais, ou mobilizá-los de forma espontânea, mas sim propiciar oportunidades para que desenvolvam a capacidade de fazer e pensar o seu trabalho pedagógico de forma coerente (Veiga, 2009). O projeto político-pedagógico, por ser um documento de natureza democrática, deve contar sempre com a participação dos docentes, gestores e comunidade escolar em geral na sua elaboração, desenvolvimento e aplicação, servindo de base para que a gestão democrática seja instaurada de fato na escola. Para a autora Luck (2010) afirma que a participação pode ser caracterizada:

Pela força da atuação consciente pela qual os membros de uma unidade social reconhecem e assumem seu poder de exercer influência na determinação da dinâmica dessa unidade, de sua cultura e de seus resultados, poder esse resultante de sua competência e vontade de compreender, decidir e agir sobre questões que lhes são afetas, dando-lhe unidade, vigor e direcionamento firme (LUCK, 2010, p. 21).

O PPP ao ser construído e administrado de forma correta e participativa pode ajudar de forma decisiva a escola a alcançar seus propósitos, gerando troca de conhecimentos e experiências, visando o bem comum, estimulação de debates, reflexões e organizando a escola no seu âmbito interno e externo. O gestor, com os demais integrantes da comunidade escolar, deve garantir que a criação do PPP seja democrática e que seja revisado anualmente, de acordo com as necessidades que possam surgir. Esta revisão é importante para analisar se esta criação está no rumo certo ou precisa ser modificada para que venha melhorar ainda mais o aprendizado do aluno. Para Veiga (2002)

O projeto político-pedagógico está relacionado com a organização do trabalho pedagógico em dois níveis: na organização da escola como um todo e na

organização da sala, incluindo sua relação com o contexto social imediato, procurando preservar a visão de totalidade. Nesta caminhada será importante ressaltar que o projeto político-pedagógico busca a organização do trabalho pedagógico e conquista da autonomia da escola (VEIGA, 2002, p. 14).

Na verdade, a proposta pedagógica é a forma pela qual a autonomia se exerce. A partir do PPP, a escola tem um suporte em suas práticas, pois nesse documento estão inseridas, de maneira organizada, todas as ações para superar as dificuldades presentes no que concerne a comunidade escolar, sendo indispensável o conhecimento daquilo que está contido no documento. Esse é de grande relevância e deve ser vivenciado durante todo o período letivo, não sendo apenas produzido para ser consultado, mas como suporte que visa alcançar os objetivos de um ensino qualitativo. Uma das grandes características do PPP é proporcionar aos alunos a qualidade e a igualdade de ensino, para que haja desenvolvimento da linguagem e, sobretudo, do pensamento crítico, evitando ao máximo as reprovações e atrasos nos níveis de escolaridade.

Para que se concretize o que se objetiva nas propostas do PPP, a escola deve ser politicamente ativa, buscando proporcionar aos professores recursos e meios de inovações para suas atuações em sala de aula, além disso, avaliar o trabalho e o desenvolvimento dos alunos a partir do que está sendo trabalhado com as atividades. Nessa perspectiva, a avaliação é necessária, pois levará a todos os envolvidos a refletirem e a diagnosticarem se o teor contido no PPP tem alcançado seus objetivos, a saber, se as ações da escola são suficientes para o desenvolvimento da linguagem e do pensamento dos alunos. Ao avaliar, poder-se-á pensar em novas propostas de atuação, e a oportunidade de adaptarem-se à realidade dos alunos e da própria escola. Dessa forma, saber-se-á se o PPP tem atendido aquilo que propõe e, ademais, programar periodicamente revisões para que se estabeleçam novas propostas.

O PPP é, ainda, um documento que se apresenta como instrumento emancipatório, uma vez que os conhecimentos nele contidos e defendidos terão maior possibilidade de serem ensinados e aprendidos, cumprindo assim, seu papel social e democrático. Contudo, percebemos que sua significância vai mais além, como diz Veiga (1998):

No decorrer do processo de construção do Projeto político – pedagógico, considera-se dois momentos interligados e permeados pela avaliação: o da concepção e o da execução. Para que possam construir esse projeto, é necessário que as escolas reconhecendo sua história e a relevância de sua contribuição, façam autocrítica e busquem uma nova forma de organização do trabalho pedagógico que reduza os efeitos da visão do trabalho, da fragmentação e do controle hierárquico (VEIGA, 1998, p. 10).

A dificuldade que foi relatada se restringe à falta de tempo. Nessa perspectiva, compreendemos o quanto é importante não só participar da elaboração desse documento, mas da execução daquilo que se propôs, a fim de avaliar se esse ou aquele plano obteve êxito, buscando aprimorá-lo sempre que necessário, caso não atinja o objetivo. Sabemos que na prática não é isso que acontece nas nossas escolas, pois infelizmente, o PPP é mais tratado como algo burocrático e informativo, do que em sua multiplicidade. Na verdade, nem sempre é produzido com toda a comunidade escolar, ficando a cargo apenas da secretaria municipal, supervisão pedagógica e direção escolar.

De acordo com Oliveira (2005, p. 24, 25), a implantação do PPP é indispensável para que se forme disciplina consensual descentralizada, contando com a participação de todos (educadores, educandos, pais ou responsáveis e comunidade). As normas devem ser estabelecidas por meio de um processo participativo consciente, respeitando a autonomia, e fazendo com que os educandos compreendam seus direitos e deveres. Neste sentido para o desenvolvimento do PPP observa-se a necessidade de planejar.

As ações da escola devem ser norteadas por planos, projetos e programas, estar sistematizadas, para que tragam contribuições significativas, solucionem e amenizem os problemas. Muribeca (2002) diz que,

Planejar é preciso, já que não existe ação eficiente sem planejamento. Necessário também é desmistificar a relação existente entre plano e gaveta. Planejar implica a preparação de uma ação e a organização adequada de um conjunto de ações ao mesmo tempo independentes e interdisciplinares. O planejamento visa à ruptura como o espontaneísmo, com o amadorismo; visa também ao profissionalismo, à integração das ações e à indicação dos rumos na busca do que se deseja alcançar; em nível escolar, deve prever a participação de todos na redefinição das diretrizes e na integração das ações, a fim de atender às necessidades do aluno real (MURIBECA, 2002, p. 94).

Para Veiga (1995), o PPP não se configura como singelo ordenamento de planos e ações variadas. Ele não deve ser entendido como coisa construída para ser encaminhada às instâncias de autoridade e engavetado como tarefa burocrática. Esse projeto deve ser construído e implementado pelos envolvidos de forma democrática e conforme o processo educacional de cada escola.

Na construção do Projeto Político-Pedagógico também está contemplada a dimensão de participação, pois sua elaboração “é corresponsabilidade dos professores, dos pais, dos alunos, do pessoal técnico-administrativo e dos segmentos organizados da sociedade local, contando ainda, com a colaboração e a assessoria efetivas de profissionais ligados à educação” (VEIGA, 1998, p. 13).

Mesmo que o papel de liderança do processo de construção do Projeto Político-Pedagógico caiba ao corpo técnico e diretivo da escola, a sua elaboração deve resultar do real exercício da corresponsabilidade de todos os atores sociais da escola, bem como dos segmentos organizados da sociedade, contando ainda com a colaboração e a assessoria efetivas de profissionais ligados à educação. Por conseguinte, torna-se simplesmente inconcebível que a confecção do Projeto Político-Pedagógico de uma unidade escolar seja realizada apenas por alguns dos segmentos que dela fazem parte (equipe técnico-administrativa, por exemplo) e, muito menos ainda, sua elaboração seja feita por encomenda, ou seja, confiada a pessoas ou grupos de pessoas que não fazem parte da comunidade escolar.

Realçando a importância e a necessidade da participação de toda a comunidade escolar nos processos de elaboração, implementação e avaliação do Projeto Político-Pedagógico, entendemos que sua legitimidade está intrinsecamente relacionada com os processos participativos que foram desenvolvidos para a sua gestação. Dito que outra forma, um Projeto Político-Pedagógico elaborado sem a efetiva participação da comunidade escolar pouco efeito terá. Portanto, um Projeto Político-Pedagógico elaborado nessa condição é ilegítimo. Nesta direção Gadotti e Barcelos (1993) afirmam que,

é preciso dar muita atenção à forma como conduzi-lo. O processo essencial é a participação de todos os envolvidos no e com o trabalho escolar, em igualdade, na condição de parceiros interagindo desde a decisão, passando pela operacionalização até a avaliação do que se propõe, realiza e aprende (GADOTTI; BARCELOS, 1993, p. 37).

Relacionando a ação docente com o Projeto Político-Pedagógico, Sousa e Corrêa (2002, p. 60) defendem que os profissionais da educação devem estar munidos de competência tanto técnica quanto política para atuarem na elaboração do projeto político pedagógico.

Em decorrência de um compromisso profissional assumido, consideramos oportuno lembrar neste momento o aspecto legal que associa o docente com a construção do Projeto Político-Pedagógico da unidade escolar da qual faz parte. Com efeito, na lista das incumbências dos docentes, constantes na LDBEN 9.394/96, a participação dos professores na elaboração do Projeto Político-Pedagógico aparece como sendo a primeira delas. Mais que uma questão de ordenamento, tal incumbência em primeiro lugar deve ser compreendida como expressão da relevância e do significado que esse instrumento de planejamento participativo deve ocupar no conjunto das ações docentes.

Destacando a participação dos alunos na elaboração do Projeto Político-Pedagógico, Sousa e Corrêa (2002) apresentam uma compreensão bastante interessante pelo seu aspecto educativo ao afirmarem que “o corpo discente não pode ser encarado apenas como o beneficiário da ação de construção do projeto pedagógico, mas também como participante da sua elaboração” (SOUZA; CORRÊA, 2002, p. 60). Desta maneira, na medida em que os alunos, envolvidos em maior número possível (bem como nas demais), eles se constituem em sujeitos do próprio processo educativo, contribuindo, pois, com suas percepções e leitura da realidade, seus desejos e expectativas, enfim, com ações de engajamento em vista da operacionalização dos caminhos e estratégias que foram planejados.

No processo de construção do Projeto Político-Pedagógico é de se esperar que cada vez mais seja reparada uma secular dívida para com os pais, na medida em que eles sejam vistos como também portadores de significativas contribuições para a elaboração desse instrumento de planejamento educacional, contribuições estas que resultam de experiências de vida, de concepções de mundo, de homem e de sociedade, bem como - em muitos casos - de engajamentos vivenciados na comunidade em favor de causas que vão desde a reivindicação pelo suprimento de necessidades coletivas imediatas (relacionadas com água, saúde, transporte, moradia, saneamento etc.), até o empenho pelo advento de uma sociedade sem desigualdades sociais, arraigada na justiça e na solidariedade.

Discutindo o aspecto participativo na elaboração e implementação do Projeto Político-Pedagógico, Veiga (1998) vislumbra em tais momentos a possibilidade do desencadeamento de uma participação democrática no interior da escola ao afirmar que.

O projeto pedagógico, ao se constituir em processo participativo decisões, preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que desvele os conflitos e as contradições, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando pessoal e racionalizado da burocracia e permitindo as relações horizontais na escola (VEIGA, 1998, p. 13).

Para que o Projeto Político-Pedagógico se constitua em efetivo mecanismo a partir do qual a escola avance na edificação da sua autonomia, como preconizam Cabral, Neto e Silva (2004), é importante que a sua elaboração seja precedida de um intenso e diversificado trabalho de sensibilização dos atores escolares, predispondo-os para o necessário convencimento da importância de um Projeto Político-Pedagógico coletivamente construído. Sem essa sensibilização o processo de elaboração desse instrumento de expressão e concretização da autonomia escolar poderá ficar comprometido, uma vez que tanto do ponto de vista quantitativo como do ponto de vista qualitativo, irá faltar à qualificada participação

que se faz necessária para a ocorrência da ação coletiva da qual deverá brotar o Projeto Político-Pedagógico.

Na atualidade, é importante que o planejamento escolar seja participativo, democrático, ou seja, envolva toda a comunidade escolar no processo de tomada de decisões. Veiga (1995) relaciona o PPP ao processo de tomada de decisão.

O projeto político-pedagógico, ao se constituir em processo democrático de decisões, preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que supere os conflitos, buscando eliminar as relações competitivas, corporativistas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando impessoal e racionalizado da burocracia que permeia as relações no interior da escola, diminuindo os efeitos fragmentários da divisão do trabalho que reforça as diferenças e hierarquiza os poderes de decisão (VEIGA, 1995, p. 13, 14).

Segundo Padilha (2001), o planejamento na perspectiva de uma escola cidadã associa-se à dialogicidade, é conhecido como planejamento dialógico, e constitui-se como alternativa frente ao planejamento “autoritário, burocrático, centralizado e descendente”.

O planejamento dialógico é alternativo porque, com a ampliação da comunicação pelo diálogo coletivo e interativo desde a formulação das questões relacionadas, por exemplo, às questões orçamentárias, pedagógicas ou administrativas das escolas e das políticas públicas educacionais, vai acontecendo um processo de participação, de envolvimento, de troca de ideias, de resgate da cultura e de troca de experiências, de ações e de propostas concretas ou concretizáveis, que estimulam o enfrentamento dos problemas e dos desafios apresentados pelo cotidiano, o que está muito distante dos técnicos ou especialistas em planejamento. É essa grande vantagem do planejamento dialógico, organizado, democraticamente sistematizado e voltado para o respeito à autonomia dos sujeitos partícipes desse processo (PADILHA, 2001, p. 16).

O resultado desse planejamento coletivo e, se possível, de forma ascendente, de acordo com o conceito de planejamento dialógico desenvolvido por Padilha (2001), ajuda na construção do PPP, que deve ser considerado como um processo permanente de reflexão e discussão das possibilidades e dificuldades da escola, a fim de se encontrar meios para a efetivação da sua intencionalidade e melhorar a qualidade do ensino, consoante à química dos sujeitos que participam da construção.

3.4 Elaboração e execução do Projeto Político-Pedagógico

O PPP define a identidade da escola e indica caminhos para ensinar com qualidade. Toda escola tem objetivos que deseja alcançar, metas a cumprir e sonhos a realizar. O conjunto dessas aspirações, bem como os meios para concretizá-las, é o que dá forma e vida

ao chamado projeto político-pedagógico - o famoso PPP. É projeto porque reúne propostas de ação concreta a executar durante determinado período de tempo. É político por considerar a escola como um espaço de formação de cidadãos conscientes, responsáveis e críticos, que atuarão individual e coletivamente na sociedade, modificando os rumos que ela vai seguir. É pedagógico porque define e organiza as atividades e os projetos educativos necessários ao processo de ensino e aprendizagem.

Ao juntar as três dimensões, o PPP ganha a força de um guia - aquele que indica a direção a seguir não apenas para gestores e professores, mas também funcionários, alunos e famílias. Ele precisa ser completo o suficiente para não deixar dúvidas sobre essa rota e flexível o bastante para se adaptar às necessidades de aprendizagem dos alunos. Por isso, dizem os especialistas, a sua elaboração precisa contemplar os seguintes tópicos: Missão, Clientela, Dados sobre a aprendizagem, Relação com as famílias, Recursos, Diretrizes pedagógicas e Plano de ação.

Por ter tantas informações relevantes, o PPP se configura numa ferramenta de planejamento e avaliação que você e todos os membros das equipes gestora e pedagógica devem consultar a cada tomada de decisão. Portanto, se o projeto de sua escola está engavetado, desatualizado ou inacabado, é hora de mobilizar esforços para resgatá-lo e repensá-lo. “O PPP se torna um documento vivo e eficiente na medida em que serve de parâmetro para discutir referências, experiências e ações de curto, médio e longo prazo” (Padilha 2001).

O planejamento é um processo permanente que implica escolhas, opções para construção de uma realidade, num futuro próximo. Embora o processo de planejamento ocorra a todo o momento na escola, é importante que as opções assumidas coletivamente estejam materializadas em um documento que, na prática, toma vários nomes: planejamento pedagógico, proposta pedagógica, projeto político-pedagógico, projeto pedagógico, projeto pedagógico-curricular ou plano da escola. É esse documento que deve orientar a escola na importante tarefa de formação plena do indivíduo. O objetivo é, portanto, conversar sobre o que concebe o processo de elaboração de um projeto político-pedagógico, como ele pode ser construído de forma participativa, apresentar algumas sugestões para sua elaboração e refletir sobre as condições necessárias para sua implementação.

O PPP é um documento escolar que dará as diretrizes de ensino e estipulará as normas gerais da educação, dessa forma sua elaboração e execução devem ter a participação consciente da maioria da comunidade escolar. Alunos, pais, professores, direção e coordenação escolar precisam ter atitudes perante as decisões principais no que diz a respeito

a organização das tarefas escolares. Se é para e com a comunidade escolar que se organizam todas as atividades desempenhadas na instituição, a escola juntamente toda a comunidade escolar deve promover a participação de todos os membros nas tomadas de decisões para todos tenham a chance de organização a ações educacionais do processo de construção do PPP.

Infelizmente a participação efetiva da maioria dos membros da comunidade escolar, tais como: pais, alunos e professores, no processo de tomada de decisões e execução das atividades pertinentes de instituição é mínima, às vezes quase que nula. Isso porque na administração tradicional das escolas o diretor é o principal membro responsável por decidir e delegar ordens as quais são acatadas e cumpridas pelos demais membros. No entanto, quando se trata de uma educação democrática, cada membro tem o seu papel decisório e as ações são coletivas, pois se trata de um órgão público com ações voltadas a comunidade escolar e nada mais coerente do que esses fazerem parte das ações, das responsabilidades e das peculiaridades necessárias para um bom andamento da educação, da instituição desde suas menores e insignificantes ações ate aquelas que guiam o futuro e a imagem da instituição.

Dessa forma é necessário ressaltar que toda mudança que vise transformar a escola, exige planejamento e ousadia. Para que isso aconteça é necessário projetar ações que visem essas mudanças, a fim de transformar a realidade (para melhor). E, por se tratar de mudanças que as pessoas que as formam, permanecem em constante transformação. Sobre isso, Dalbério (2008) afirma:

[...] o projeto político-pedagógico orienta o processo de mudança direcionando o futuro pela explicitação de princípios, diretrizes e propostas de ação para melhor organizar, sistematizar e dar significado às atividades desenvolvidas pela escola como um todo. Além do mais, a sua dimensão político pedagógico pressupõe uma construção coletiva e participativa que envolve ativamente os diversos segmentos escolares (DALBÉRIO, 2008, p. 5).

Assim, é necessário que a escola assuma uma gestão democrática a fim de tornar as ações coletivas considerando todas as peculiaridades dos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem e que mantenha a função social enquanto instituição escolar no momento de se corresponsabilizar pelas tomadas de decisões pertinentes ao grupo e relevantes no processo de aprendizagem.

O PPP da escola pode ser entendido como um processo de mudanças, o qual estabelece princípios, diretrizes e propostas para melhor organizar e sistematizar as atividades desenvolvidas as escolas, no momento de desenvolvê-los, os envolvidos ressignificam suas

experiências, refletem suas práticas, traçam novos caminhos, propostas e ações. A elaboração desse documento visa à transformação desejada pelo coletivo escolar, nesse sentido, o PPP é prática e planejamento dialógico. Para Veiga (2003):

[...] o projeto pedagógico aponta um rumo, uma direção, um sentimento explícito para um compromisso estabelecido coletivamente. O projeto pedagógico, ao se construir em processo participativo de decisões, preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que desvele os conflitos e as contradições, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando pessoal e racionalizado da burocracia e permitindo as relações horizontais no interior da escola. (VEIGA, 2003. p. 12).

Dessa forma, o PPP da escola torna-se um documento no qual estão presentes os desejos e as necessidades reais da instituição, tornando-se uma parte viva da escola, uma proposta real da melhoria e da qualidade do aprendizado. O PPP é um processo inconcluso, e sua execução e elaboração não são de responsabilidade somente da direção, mas, de todo o colegiado escolar, o que faz da elaboração desse documento um processo democrático. Pois, não se compreende uma escola sem autonomia para criar, executar e também avaliar seu projeto. A autonomia e a gestão democrática fazem parte do ato pedagógico, tornando-se uma exigência do PPP.

Padilha (2001) diz que a construção do PPP necessita da definição de princípios, estratégias possíveis e muita ação coletiva, o que não é tarefa simples. No entanto, todo o processo se torna gratificante e exercita a capacidade de tomar decisões de forma coletiva, menos autoritária e mais democrática. Conforme esse mesmo autor, o PPP deve conter em sua estrutura as seguintes partes: (1) identificação; (2) histórico e justificativa; (3) objetivos gerais e específicos; (4) metas; (5) desenvolvimento metodológico; (6) recursos; (7) cronograma; (8) avaliação; e (9) conclusão.

A obrigação da escola é educar e, por falar em educação, sabemos que ela é um dos fatores responsáveis pela transformação e evolução da nossa sociedade. Portanto, precisa dar a sua contribuição para essa evolução. Ela ajuda os educandos à “abrir os olhos” no sentido de perceberem e defenderem seus direitos perante a toda a sociedade, proporcionando-lhes uma maior visão acerca do que compete a eles desenvolver na sociedade em que estão inseridos. Mais ou menos nessa linha Gadotti (2001) enfatiza o seguinte: “Todos não terão acesso à educação enquanto todos – trabalhadores e não trabalhadores em educação, estado e sociedade civil – não se interessarem por ela. A educação para todos supõe todos pela educação” (GADOTTI, 2001, p. 40).

O PPP está relacionado com a organização do trabalho pedagógico em pelo menos dois momentos decisivos, o qual, com base em Veiga (1995) citará a seguir: “como organização da escola como um todo e como organização da sala de aula, incluindo sua relação com o contexto social imitado, procurando observar a visão da totalidade” (VEIGA, 1995, p. 14). Entretanto, é necessário entender que o PPP da escola, oferecerá caminhos indispensáveis à montagem do trabalho pedagógico, que engloba o trabalho do docente na ação interna da sala de aula já ressaltado acima. Para a organização desse projeto é de suma importância a ação de todos os que fazem parte do funcionamento da escola, inclusive os pais dos alunos que frequentam a mesma. Fica claro que é preciso agir em conjunto, só assim, é possível haver um bom funcionamento no dia-a-dia da vida escolar.

Segundo Veiga (1995), para que a construção do PPP seja efetivada não necessariamente se devem induzir os professores, a equipe escolar e os funcionários a trabalhar mais, mas oferecer oportunidades que lhes possibilitem aprender a pensar e a moldar o projeto pedagógico da melhor maneira possível. Isso nos possibilita entender que a escola não deve seguir normas impostas pelo poder centralizador, mas sim “caminhar com suas próprias pernas”. Pois a escola dessa forma, ou seja, seguindo as ordens da elite, passa a ser vista como inserida na sociedade capitalista, a qual reflete no seu bojo as determinações e contradições da sociedade menos favorecida.

Sobre isso Gadotti (2001) diz: “Existem muitos caminhos, inclusive para a aquisição do saber elaborado. E o caminho que pode ser válida numa determinada conjuntura, num determinado local ou contexto, pode não ser em outra conjuntura ou contexto” (GADOTTI, 2001, p. 40). Em vista disso, podemos concluir que é extremamente necessário que haja uma cisão entre a imposição da classe dominadora e a organização escolar, e essa a nosso ver é uma coisa que já deveria ter sucedido há muito tempo, a escola necessita acordar para isso e lutar por sua própria autonomia.

A esse respeito, Gadotti (2001) afirma o seguinte: “todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente” (GADOTTI, 2001, p. 37).

De acordo com Veiga (1995) deve haver uma igualdade entre as classes sociais no âmbito de acesso e permanência na escola. Isso significa que não se podem favorecer alguns como normalmente acontece e desmerecer os demais. Nessa perspectiva, a construção do PPP torna-se um verdadeiro instrumento de peleja, ou melhor, é um meio de se opor à

fragmentação do trabalho pedagógico e sua constante rotina, à dependência e aos efeitos negativos do poder autoritário e centralizador dos órgãos da administração central.

Não é difícil entender que a gestação democrática, no interior da escola, é um princípio nada fácil de ser consolidado, devido tratar de uma participação relativamente crítica na elaboração do PPP e na sua gestão. E para a realização de tal tarefa é preciso haver de modo geral, muito empenho coletivo no sentido de efetuar uma construção centralizada do PPP e isso implica estabelecer rupturas com o que já se tem e partir para uma reconstrução do mesmo, só assim é possível haver um significativo avanço referente ao processo educativo do contexto em que vivemos.

A construção do projeto político-pedagógico, para gestar uma nova organização do trabalho pedagógico, passa pela reflexão anteriormente feita sobre os princípios. Pelo menos sete elementos básicos podem ser apontados segundo Veiga (1995): as finalidades da escola, a estrutura organizacional, o currículo, o tempo escolar, o processo de decisão, as relações de trabalho, a avaliação.

A escola persegue finalidades. É importante ressaltar que os educadores precisam ter clareza das finalidades de sua escola. Para tanto, há necessidade de se refletir sobre a ação educativa que a escola desenvolve com base nas finalidades e nos objetivos que ela define. As finalidades da escola referem-se aos efeitos intencionalmente pretendidos e almejados (ALVES, 1992). O esforço analítico de todos os envolvidos na ação educativa possibilitará a identificação de quais finalidades precisam ser reforçadas, quais as que estão relegadas e como elas poderão ser detalhadas em nível das áreas, das diferentes disciplinas curriculares, do conteúdo programático.

Alves (1992, p. 15) afirma que há necessidade de saber se a escola dispõe de alguma autonomia na determinação das finalidades e, conseqüentemente, seu desdobramento em objetivos específicos. O autor enfatiza que:

Interessará reter se as finalidades são impostas por entidades exteriores ou se são definidas no interior do “território social” e se são definidas por consenso ou por conflito ou até se é matéria ambígua, imprecisa ou marginal” (ALVES, 1992, p. 19).

Essa colocação está sustentada na ideia de que a escola deve assumir, como uma de suas principais tarefas, o trabalho de refletir sobre sua intencionalidade educativa. A Estrutura organizacional a escola, de forma geral, dispõe de dois tipos básicos de estruturas: administrativas e pedagógicas. As primeiras asseguram, praticamente, a locação e a gestão de

recursos humanos, físicos e financeiros. Fazem parte, ainda, das estruturas administrativas todos os elementos que têm uma forma material como, por exemplo, a arquitetura do edifício escolar e a maneira como ele se apresenta do ponto de vista de sua imagem: equipamentos e materiais didáticos, mobiliário, distribuição das dependências escolares e espaços livres, cores, limpeza e saneamento básico (água, esgoto, lixo e energia elétrica).

As pedagógicas, que, teoricamente, determinam a ação das administrativas, “organizam as funções educativas para que a escola atinja de forma eficiente e eficaz as suas finalidades” (ALVES, 1992, p. 21). As estruturas pedagógicas referem-se, fundamentalmente, às interações políticas, às questões de ensino e aprendizagem e às de currículo. Nas estruturas pedagógicas incluem-se todos os setores necessários ao desenvolvimento do trabalho pedagógico. A análise da estrutura organizacional da escola visa identificar quais estruturas são valorizadas e por quem, verificando as relações funcionais entre elas. É preciso ficar claro que a escola é uma organização orientada por finalidades, controlada e permeada pelas questões do poder. A análise e a compreensão da estrutura organizacional da escola significam indagar sobre suas características, seus pólos de poder, seus conflitos.

O Currículo é um importante elemento constitutivo da organização escolar. Currículo implica, necessariamente, a interação entre sujeitos que têm um mesmo objetivo e a opção por um referencial teórico que o sustente. Currículo é uma construção social do conhecimento, pressupondo a sistematização dos meios para que esta construção se efetive; a transmissão dos conhecimentos historicamente produzidos e as formas de assimilá-los, portanto, produção, transmissão e assimilação são processos que compõem uma metodologia de construção coletiva do conhecimento escolar, ou seja, o currículo propriamente dito. Neste sentido, o currículo refere-se à organização do conhecimento escolar.

O tempo escolar é um dos elementos constitutivos da organização do trabalho pedagógico. O calendário escolar ordena o tempo: determina o início e o fim do ano, prevendo os dias letivos, as férias, os períodos escolares em que o ano se divide os feriados cívicos e religiosos, as datas reservadas à avaliação, os períodos para reuniões técnicas, cursos etc.

O processo de decisão e a organização formal de nossa escola, o fluxo das tarefas, das ações e principalmente das decisões é orientado por procedimentos formalizados, prevalecendo as relações hierárquicas de mando e submissão, de poder autoritário e centralizador. Uma estrutura administrativa da escola, adequada à realização de objetivos educacionais, de acordo com os interesses da população, deve prever mecanismos que estimulem a participação de todos no processo de decisão.

Isto requer uma revisão das atribuições específicas e gerais, bem como da distribuição do poder e da descentralização do processo de decisão. Para que isso seja possível há necessidade de se instalarem mecanismos institucionais visando à participação política de todos os envolvidos com o processo educativo da escola. Paro (1993, p. 34) sugere a instalação de processos eletivos de escolha de dirigentes, colegiados com representação de alunos, pais, associação de pais e professores, grêmio estudantil, processos coletivos de avaliação continuada dos serviços escolares etc.

As relações de trabalho são importantes reiterar que, quando se busca uma nova organização do trabalho pedagógico, está se considerando que as relações de trabalho, no interior da escola, deverão estar calcadas nas atitudes de solidariedade, de reciprocidade e de participação coletiva, em contraposição à organização regida pelos princípios da divisão do trabalho, da fragmentação e do controle hierárquico. É nesse movimento que se verifica o confronto de interesses no interior da escola. Por isso, todo esforço de se gestar uma nova organização deve levar em conta as condições concretas presentes na escola. Há uma correlação de forças e é nesse embate que se originam os conflitos, as tensões, as rupturas, propiciando a construção de novas formas de relações de trabalho, com espaços abertos à reflexão coletiva que favoreçam o diálogo, a comunicação horizontal entre os diferentes segmentos envolvidos com o processo educativo, a descentralização do poder. A esse respeito, Machado (1989) assume a seguinte posição: “O processo de luta é visto como uma forma de contrapor-se à dominação, o que pode contribuir para a articulação de práticas emancipatórias” (MACHADO, 1989, p. 30).

Acompanhar as atividades e avaliá-las levam-nos à reflexão, com base em dados concretos sobre como a escola organiza-se para colocar em ação seu projeto político-pedagógico. A avaliação do projeto político-pedagógico, numa visão crítica, parte da necessidade de se conhecer a realidade escolar, busca explicar e compreender criticamente as causas da existência de problemas, bem como suas relações, suas mudanças e se esforça para propor ações alternativas (criação coletiva). Esse caráter criador é conferido pela autocrítica. Avaliadores, que conjugam as ideias de uma visão global, analisam o projeto político-pedagógico, não como algo estanque, desvinculado dos aspectos políticos e sociais. Não rejeitam as contradições e os conflitos. A avaliação tem um compromisso mais amplo do que a mera eficiência e eficácia das propostas conservadoras. Portanto, acompanhar e avaliar o projeto político-pedagógico é avaliar os resultados da própria organização do trabalho pedagógico.

A avaliação, do ponto de vista crítico, não pode ser instrumento de exclusão dos alunos provenientes das classes trabalhadoras. Portanto, deve ser democrática, deve favorecer o desenvolvimento da capacidade do aluno de apropriar-se de conhecimentos científicos, sociais e tecnológicos produzidos historicamente e deve ser resultante de um processo coletivo de avaliação diagnóstica. É preciso entender o Projeto Político-Pedagógico da escola como uma reflexo de seu cotidiano. Para tanto, ela precisa de um tempo razoável de reflexão e ação, para se ter um mínimo necessário à consolidação de sua proposta. A construção do projeto político-pedagógico requer continuidade das ações, descentralização, democratização do processo de tomada de decisões e instalação de um processo coletivo de avaliação de cunho emancipatório de resistência dos educadores é indispensável para ampliar as possibilidades e apressar as mudanças que se fazem necessária dentro e fora dos muros da escola.

4 METODOLOGIA

A presente pesquisa foi desenvolvida a partir de uma abordagem qualitativa, do tipo descritiva e contou com duas etapas: a primeira sendo uma análise documental do Projeto Político-Pedagógico de uma instituição estadual de ensino e a segunda a realização de entrevistas com membros de segmentos que fazem parte da escola, uma vez que compreendemos que o PPP precisar ser elaborado de forma coletiva e com a participação de todos os membros, na busca do entendimento, buscando estudar como o projeto político-pedagógico é executado na escola e se ele é um documento acessível à comunidade escolar.

Segundo Denzin e Lincoln (2006), a pesquisa qualitativa envolve uma abordagem interpretativa do mundo, o que significa que seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem. Seguindo essa mesma linha de raciocínio, Vieira e Zouain (2005) afirmam que a pesquisa qualitativa atribui importância fundamental aos depoimentos dos atores sociais envolvidos, aos discursos e aos significados transmitidos por eles.

A pesquisa descritiva tem por objetivo descrever as características do objeto que está sendo estudado e proporcionar uma nova visão sobre essa realidade já existente. Nesse sentido, esse tipo de pesquisa preza pela descrição detalhada dos fenômenos e dos elementos que o envolvem (APPOLINÁRIO, 2011).

A pesquisa foi realizada na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio João Ribeiro, localizada na cidade de Gurinhém, interior da Paraíba.

As entrevistas foram realizadas com integrantes de todos os segmentos da escola, sendo 1 gestor, 06 professores, 8 estudantes da Educação de Jovens e Adultos e 3 funcionários não-docentes, pois fez-se necessário verificar se o PPP, objeto de nosso estudo, é conhecido pela comunidade escolar, se houve participação dos diversos segmentos escolares na sua elaboração e se o mesmo é vivenciado pela escola.

Para a primeira etapa da pesquisa, os dados foram coletados a partir da pesquisa documental, que conforme Severino (2007), “os conteúdos dos textos ainda não tiveram nenhum tratamento analítico, são ainda matéria-prima, a partir da qual o pesquisador vai desenvolver sua investigação e análise” (SEVERINO, 2007, p. 122), utilizando o Projeto Político-Pedagógico da escola, sendo analisado a partir dos objetivos da pesquisa e da fundamentação teórica que embasa a nossa pesquisa.

Na segunda etapa, a coleta dos dados foi realizada por meio de entrevista semiestruturada (Apêndices 2, 3, 4, 5) com perguntas abertas. Primeiramente, apresentamos o

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE (Apêndice 1), para em seguida, iniciarmos as entrevistas, na busca pelos resultados da investigação da realidade e posterior análise dos dados contextualizados, saindo do empírico para confrontá-los com a literatura existente sobre a temática.

Para as análises dos dados, utilizamos a análise de conteúdo, proposta por Bardin (2009). De acordo com a autora, a análise de conteúdo categorial é “uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos” (BARDIN, 2009, p. 145).

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção serão apresentados a caracterização da escola e os dados coletados na pesquisa e analisado à luz do referencial teórico, buscando responder aos nossos questionamentos iniciais acerca de nosso objeto de estudo que é analisar o papel do projeto político-pedagógico numa escola estadual no município de Gurinhém/ PB, no interior da Paraíba, identificar se o PPP é vivenciado na instituição escolar e compreender as concepções da gestão que embasam o documento e seu processo de constituição.

5.1 Caracterização da escola

A Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio João Ribeiro está localizada na cidade de Gurinhém, no estado da Paraíba, foi fundada em 1982.

A instituição é composta por 2 gestores, um diretor e um vice-diretor, 1 coordenador pedagógico, 24 professores, 1 supervisor educacional, 6 merendeiras, 4 porteiros, 2 vigilantes e 4 auxiliares de serviços gerais.

Sua estrutura física dispõe de 11 salas de aula, 1 sala de diretoria, 1 sala de professores, 1 secretaria, 1 laboratório de informática, 1 biblioteca, 1 almoxarifado, 1 despensa, 1 sala de leitura, 1 quadra de esporte, 6 banheiros para os alunos, 2 banheiro para os professores, 1 banheiro para os funcionários, 1 refeitório e 1 pátio coberto.

A escola estadual possui 947 alunos, que estão distribuídos com matrículas no Ensino Fundamental I, no Ensino Fundamental II, no Ensino Médio e na Educação de Jovens e Adultos, sendo atendidos nos turnos manhã, tarde e noite.

Além dessas turmas a escolar dispõe do projeto mais educação e o mais alfabetização. O projeto mais educação funciona na escola das 11 horas até 13 horas, em uma sala específica, com aprofundamento de português e matemática e oficinas de música, teatro, esportes e, o mais alfabetização funciona na sala de aula comum, atendendo as crianças que apresentam maiores dificuldades.

O bairro onde a escola está localizada é bem tranquilo, com árvores e praças bem verdes e iluminação boa, mas a escola encontra-se com sua estrutura física em mal estado de conservação.

5.2 Análise documental do Projeto Político-Pedagógico

Como dito anteriormente, a escolha por analisar o Projeto Político-Pedagógico da escola se deu por este ser um documento de planejamento que rege as ações a serem desenvolvidas na instituição para o andamento das práticas a que a escola se propõe realizar. O PPP da escola a que tivemos acesso e posse é do ano de 2015 e, por isso, já se encontra com necessidade de reformulação em decorrência do tempo, segundo o gestor da escola, o PPP vai passar por uma atualização esse ano de 2019.

O PPP nada mais é do que um documento elaborado pela gestão, juntamente com todo o corpo que compõe a instituição escolar, que contém, sobretudo, a organização do trabalho pedagógico a ser realizado por todas as partes envolvidas na missão da escola, mostrando também os aspectos administrativos da mesma, a sistematização e acompanhamento dos resultados avaliativos nele contido. Segundo Gandin (2000):

Planejar o desenvolvimento da escola é condição imprescindível para que as perspectivas que se tem sejam traçadas, visando intervenções responsáveis e conscientes em benefícios da coletividade. Isso pressupõe que o projeto da escola possa atender as dimensões política e pedagógica que lhe são atribuídas. Política porque traduz pensamentos e ação: exprime uma visão de mundo, de sociedade, de educação, de profissional e de aluno que se deseja. Tomar decisões, fazer escolhas e executar ações são todos atos políticos. Pedagógica porque nela está a possibilidade de tornar real a intenção da escola, subsidiando e orientando a ação educativa no cumprimento de seus propósitos que, sem dúvida, passam primeiramente pela formação do ser humano: participativo, compromissado, crítico e criativo (GANDIN, 2000, p. 35).

Segundo o autor, o Projeto Político-Pedagógico deve ser um documento escrito com a participação de todos os segmentos e revisto periodicamente para indicar horizonte, rumo e a direção para uma entidade, desta forma consideramos que é imprescindível à instituição uma reavaliação e reformulação de seu PPP com vistas a atualizá-lo e adequá-lo às novas demandas e realidades que vierem a surgir na escola num período de 4 anos.

Ferrari (2011) diz que o processo de construção do PPP não se constitui como atividade simples e exige conhecimento das três dimensões que compreendem o PPP,

Construir o PPP de uma instituição escolar é uma atividade complexa. Para se definir rumos políticos e pedagógicos, exige-se clareza diante dos objetivos almejados. Como determinar metas sem conhecer o real significado dos termos: PROJETO, POLÍTICO e PEDAGÓGICO? Eis uma indagação que pode ser vista com atenção. O diálogo acerca dos significados pode ser uma forma de clarear objetivos coletivos para guiar a construção do documento (FERRARI, 2011, p. 160).

O documento analisado contém 93 (noventa e três) páginas sendo digno de observações quanto a sua estrutura e seu conteúdo.

A primeira parte do documento se constitui de uma apresentação, fala-se da importância de haver um Projeto Político-Pedagógico para a instituição de forma sistemática e consciente para auxiliar o trabalho a ser desenvolvido. Na segunda parte, está a caracterização da escola, com sua estrutura, identificação, quadro funcional, constando também informações sobre o seu nível de ensino, número de turmas, modelo avaliação do rendimento escolar das turmas, a função social da escola, caracterização da comunidade que a escola atende com vistas a uma integração da comunidade e alinhamento das ações de participação, vem destacando também as visões de futuro que a escola tem para cada estudante da instituição, sobre as proposta e organização curricular da escola, o planejamento e as ações e na parte final são os anexos, contendo os projetos a serem realizados na escola.

A última atualização, como foi citado anteriormente, do Projeto Político-Pedagógico foi realizada no ano de 2015, apresentando assim, uma carência de atualização. Quanto a esse aspecto, Gandin (1997) afirma que é necessário que a instituição revele que se planeja, e isso só é possível através do seu plano. O que pode acontecer é que, à medida que o percurso traçado for sendo percorrido, o planejamento vá se modificando com necessidades que surgem. Portanto, para que escola estabeleça seus objetivos, não pode perder de vista a explicação de quais são as finalidades.

O PPP da escola contém os elementos fundamentais descritos por Gandin (1997) que envolvem:

-Marco situacional: Onde a instituição se expressa sua compreensão do mundo atual, julga-o a partir dos aspectos social, econômico, políticos, educacional, cultural, pois é nesse cenário que a educação está inserida e sofrendo transformações através desses aspectos. Em geral a pergunta que se busca responder é: como se apresenta o mundo em que estamos inseridos em relação ao sujeito aprendente?

-Marco doutrinal: É aqui onde se estabelece o ideal a que se busca alcançar. Nesse momento é importante a presença da teoria, ou seja, a teoria adotada para a ação. Essa doutrina deve ser anunciada em relação ao homem e a sociedade, porque uma descrição de uma sociedade e de um homem ideal favorece também a tomada de decisão em uma direção clara. Significa dizer, quando, onde, como e para quê cada situação deve ser realizada.

-Marco operativo: Esse é o momento de posicionamento da instituição para que ela de fato seja eficiente na aproximação da realidade existente para a realidade desejada, que no nosso caso (de instituição educacional) seria o seu posicionamento pedagógico frente

a sociedade, definindo o tipo de educação que pretende ministrar, a sua organização, o seu modo de ser e agir, sua metodologia

No capítulo destinado à **apresentação diagnóstica** da escola não são apresentados índices de avaliação municipais e estaduais, apenas o IDEB, o enfoque é sobre a origem da fundação da escola, a clientela atendida, os níveis de ensino oferecidos, espaços físicos, materiais e recursos.

De um ponto de vista mais próximo, observando o IDEB da Escola João Ribeiro, nos anos 2011 e 2013, nas séries iniciais do ensino fundamental, a mesma obteve, respectivamente, as notas 3,4 e 3,2. No entanto, a meta estabelecida pelas instâncias governamentais em vigência, deveria a escola obter nos anos citados as notas 3,8 e 4,1.

A escola apresenta não ter alcançado as metas propostas pelo IDEB nos anos de 2011 e 2013, ficando evidente a necessidade de atualização dos anos seguintes até o presente ano, para uma comparação documental do desenvolvimento das ações que promoveram a melhoria ou não conseguiram ser alcançadas para uma reformulação posterior dessas ações em busca de promover a melhorias das médias propostas pelo IDEB e as alcançadas ao longo da trajetória da instituição.

No trecho destinado às etapas de ensino ofertadas é apresentado um quadro que retrata os turnos, a quantidade de turmas e a quantidade de alunos, representando a situação escolar do ano de 2015. O quadro faz a representação apenas do ano de elaboração do PPP, descrevendo assim, a situação desses tópicos de forma pontual.

O PPP da escola apresenta como objetivo geral é desenvolver ações baseadas na realidade tanto da escola, quanto da comunidade onde os educadores estão inseridos, com a valorização da relação família/escola a construção de conhecimento com vistas à cidadania e elevação de autoestima e à busca contínua por uma educação de qualidade.

Os objetivos específicos trazem questões referentes ao respeito a uma formação plena do ser humano com a idealização de capacidades sociais e cognitivas para atuar de forma crítica na sociedade, essa perspectiva coaduna com a própria LDBEN.

Observando por um prisma mais amplo, convém perceber que ela se refere ao que Gandin (1997) chamou de diagnóstico que é a parte do planejamento que responde como os membros da instituição pensam em relação ao que foi definido no marco referencial. É onde também se situam as possíveis causas dos problemas existentes na instituição. É a parte do plano onde se emite um juízo sobre a instituição, é a descrição da realidade da instituição

como ela se apresenta frente ao que ela decidiu como ponto de chegada. No diagnóstico ocorrem duas fases complementares:

-A pesquisa: a definição de instrumentos para o levantamento de dados que possam ser analisados (leitura de dados) para concretizar aquilo que se observa na realidade para descrevê-la.

-O juízo: mesmo com o levantamento e leitura dos dados dessa realidade apresentados por todos os membros do grupo, é importante que se tenha um juízo sobre essa realidade apresentados também pelo maior número possível desses participantes

Na **fundamentação teórico-normativa**, é citada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) como documento norteador das ações a serem efetuadas pela instituição de ensino. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) também são citados, sem destaque para as propostas adotadas em consonância com esse documento. O PPP cita reconhecer os estudantes como sujeitos aprendizes e com diferentes habilidades.

O PPP apresenta a proposta curricular da escola, esta proposta como cita no documento, apresenta linhas norteadoras que devem ser utilizadas como subsídio ao ensino dos conteúdos mais relevantes a serem garantidos aos discentes que estão cursando o Ensino Fundamental e Médio nessa instituição, a fim de garantir a todos os alunos da zona rural e urbana, o direito de ter acesso aos conhecimentos indispensáveis à construção da cidadania. Para a efetivação da construção desta proposta a instituição se baseia a partir de orientações curriculares do Ministério da Educação (MEC) e de diversas leituras que apontam a abordagem curricular nas reformas educativas.

O documento se encontra ainda de acordo com as disciplinas propostas pelos parâmetros curriculares nacionais (PCNs) e pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino médio e fundamental. É válido ressaltar que a BNCC não é citada no documento, uma vez que ele é de 2015 e sua aprovação foi em 2017, com efetivação a partir de 2018.

A organização curricular do Projeto Político-Pedagógico da escola é formada por diferentes campos de conhecimento, considerando que o currículo é marcado pela visão de mundo de uma determinada sociedade, a prática escolar reflete essa visão, expressando-a idealmente, nos documentos orientadores do trabalho escolar (currículo formal), por meio das formas concretas de ação dos agentes escolares (currículo em ação) e das regras e as normas não explicitadas que governam as relações que são estabelecidas nas salas de aula (o currículo oculto) (MOREIRA, 1997).

No que diz respeito à parte que apresenta as propostas **teórico-metodológicas** o PPP reconhece que as propostas metodológicas devem viabilizar uma prática, não devendo estar apenas ideologizada em um projeto, citando como práticas: O acesso ao livro e dinâmica da sala de aula com outros ambientes da escola, tal como a biblioteca, a imersão do sujeito nas práticas letradas de prestígio, como a leitura literária (p.13). Não fica claro nesse tópico quais as metodologias adotadas para a efetivação dessa cidadania.

Também nessa fase há, implícito nesse trecho do PPP o que Gandin (1997) chama de **programação** que, segundo ele, é a proposta de ação para aproximar a realidade existente e apresentada para com a realidade que idealizamos, onde se apresentam os objetivos e as políticas adotadas para que essas ações ocorram:

-Objetivos: são as ações concretas a serem realizadas em um tempo determinado. Os critérios para a realização dessas ações são a sua necessidade, sua execução no tempo determinado e com os recursos que dispõe (recursos humanos, materiais e prazo).

-Políticas e estratégias: são as os princípios das ações, propostas para direcionar as ações que se realizam na instituição. Sendo em um sentido mais amplo que os objetivos, as políticas levam em consideração as prioridades.

Ou seja, a instituição, ao elaborar o seu plano, concentra quase todos esses elementos fundamentais e afirma seus ideais de forma objetiva, e nesse ponto é possível observar sobre a organização do trabalho pedagógico que a gestão visa desenvolver na instituição.

No planejamento das ações propostas pela escola, o PPP justifica a importância de se planejar e apresenta alguns projetos a serem desenvolvidos. Como anexos, estão expostos os conteúdos programáticos de cada componente curricular.

O PPP defende a importância de participação dos membros dos diversos segmentos que compõem a comunidade escolar, entendendo que esta, contribui significativamente para diminuir as diferenças e abrir a possibilidade de que todos possam ser participantes na criação de planos, projetos e ações que, contidos no planejamento da escola, e na sociedade em que a escola se insere.

Desta forma, identificamos que o PPP analisado está desatualizado e as propostas pedagógicas não estão apresentadas de forma clara, além de não especificar quem, de fato, participou da construção do documento.

5.3 Entrevista com o Gestor

Dos dois gestores que compõem a equipe gestora da instituição e foram solicitados a participar da pesquisa, apenas um deles se disponibilizou a responder à entrevista, sendo denominado de P1, a fim de manter sua identidade preservada.

O gestor P1 tem 40 anos, é do sexo masculino, formado em Pedagogia e Geografia, com 13 anos de formação, trabalha na função de gestor há 6 anos e é prestador de serviço contratado pela Secretaria Estadual de Educação da Paraíba.

Sobre a gestão democrática o gestor pensa que a prática da gestão democrática acontece na instituição em pauta, pois, segundo ele, existe parceria entre todos que fazem a escola. Segundo o gestor ele acredita que o PPP é importante para a escola na construção de sua identidade como instituições social, promovendo, com isso, processos de articulação de informações em todas as etapas do planejamento escolar e do fazer pedagógico organizacional. Isso nos leva novamente ao conceito defendido por Veiga (1995),

o projeto político-pedagógico é entendido, neste estudo, como a própria organização do trabalho pedagógico da escola. A construção do projeto político-pedagógico parte dos princípios de igualdade, qualidade, liberdade, gestão democrática e valorização do magistério. A escola é concebida como espaço social marcado pela manifestação de práticas contraditórias, que apontam para a luta e/ou acomodação de todos os envolvidos na organização do trabalho pedagógico (VEIGA, 1995, p. 22).

O gestor relatou que uma das principais dificuldades de uma construção coletiva do PPP diz respeito às poucas experiências democráticas vivenciadas e o autoritarismo que historicamente tem impossibilitado o bom trabalho no recinto escolar. Essa pouca experiência quer o gestor citou acima já vem dos gestores mais antigos.

Segundo Vasconcellos (1995), o projeto pedagógico:

É um instrumento teórico – metodológico que visa ajudar a enfrentar os desafios do cotidiano da escola, só que de uma forma refletida, consciente, sistematizada, orgânica e, o que é essencial, participativa. É uma metodologia de trabalho que possibilita ressignificar a ação de todos os agentes da instituição (VASCONCELLOS, 1995, p.143).

Segundo o gestor, o atual PPP foi construído com a participação de todos os segmentos que compõem a escola, citando os pais, estudantes, professores e funcionários. Afirmado que as ações feitas na escola foram direcionadas através de decisões coletivas por todos que fazem a escola.

O gestor considera que o projeto político- pedagógico é um documento de suma importância para a escola, mas que a função de gestor requer compromisso em todas as

esferas que envolvam a escola. Nas concepções do gestor, o PPP é um documento que reúne propostas de ações concretas executando durante determinado período de tempo.

Ao ser questionado sobre a relação entre o PPP e o currículo, o gestor afirmou que currículo é aquele que fundamenta o conteúdo didático que será desenvolvido, enquanto o PPP está relacionado aos pressupostos básicos para a atuação didática. Segundo Moreira (1997), o currículo escolar tem ação direta e indireta na formação e desenvolvimento do aluno, onde cada instituição de ensino pode elaborar o seu currículo a partir das suas necessidades e de seus alunos. Hoje em dia se discute cada vez mais a possibilidade de uma escola que construa o cidadão, trazendo a tona à importância cada vez maior do currículo escolar na construção de um cidadão consciente.

5.4 Projeto Político-Pedagógico: entrevista com os professores

A pesquisa contou com a participação de 06 professores do quadro funcional da instituição pesquisada, que tiveram suas identidades preservadas e serão denominadas pela consoante P seguidos por um número, por exemplo: P1 refere-se ao professor de número 1 e o P2 ao professor de número 2 e assim sucessivamente.

Os professores participantes tem idades entre 36 a 64 anos, sendo 3 mulheres e 3 homens, todos atuantes na modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA), nessa sessão apresentaremos a análise dos dados coletados através das entrevistas, com intuito de identificar sobre a participação dos docentes na construção do PPP da instituição e se este é utilizado como um documento norteador das ações desenvolvidas na escola.

O quadro abaixo apresenta o perfil dos professores participantes da pesquisa.

Quadro 1- Perfil dos professores participantes da pesquisa

Nome	Idade	Sexo	Formação	Tempo de formação	Tempo na função
P1	55	M	Letras	31 anos	31 anos
P2	64	F	Pedagogia	40 anos	42 anos
P3	40	M	Geografia	10 anos	12 anos
P4	47	F	Matemática	12 anos	15 anos
P5	37	F	Pedagogia	8 anos	9 anos
P6	36	M	História	7 anos	9 anos

Fonte: A autora.

Todos os professores pesquisados afirmaram não conhecer o projeto político pedagógico da escola e também não terem participado da construção do documento. Este

achado contradiz o que o gestor afirmou, quando disse que houve participação coletiva nessa construção. E segundo os autores Veiga (2009), Libâneo (2005) e Padilha (2001) essa prática de não ter uma construção coletiva pode afetar a parte democrática do documento como também não dar conta das necessidades da escola, uma vez que não se dá voz a todos os envolvidos na instituição para escutar seus pontos de vista e suas demandas.

Em relação à existência do planejamento na instituição e sua frequência, os professores relataram que é uma prática que existe mensalmente. Segundo o professor G2 a escola tem um calendário específico pela secretaria da educação para fazer os planejamentos, porém todos afirmaram que os planos de aula dos docentes não são elaborados com base no projeto político-pedagógico da escola, uma vez que este não é de conhecimento de todos.

Inclusive, indo de encontro ao que Libâneo (2005) e Veiga (2009) defendem, quando falam da importância do PPP ser de conhecimento de todos e servir de base para o planejamento docente, para que a construção coletiva do projeto político-pedagógico seja possível não é necessário convencer os professores, a equipe escolar e os funcionários a trabalhar mais, ou mobilizá-los de forma espontânea, mas sim propiciar oportunidades para que desenvolvam a capacidade de fazer e pensar o seu trabalho pedagógico de forma coerente (VEIGA, 2009).

O Projeto Político-Pedagógico deve concretizar o processo de planejamento, é bastante conveniente que as fases de elaboração do projeto sejam desenvolvidas com base em um esboço prévio formulado por uma comissão escolhida pela equipe escolar. O grupo de profissionais da escola pode criar reinventar a instituição, os objetivos e as metas mais compatíveis com os interesses dela e da comunidade. E uma vez construído coletivamente deve ser de conhecimento de todos e servir como base para todo o trabalho desenvolvido na escola.

5.5 Projeto Político-Pedagógico: entrevista com os estudantes e funcionários

A pesquisa contou com a participação de oito estudantes da Educação de Jovens e Adultos de cada ciclo presente na escola, que tiveram suas identidades preservadas, sendo denominados pela vogal E acompanhada do número respectivamente à ordem da entrevista, por exemplo: E1 refere-se ao Estudante de número 1, E2 ao Estudante de número 2 e assim sucessivamente.

Apresentamos o perfil dos estudantes no quadro a seguir.

Quadro 2 - Perfil dos estudantes da EJA

Nome	Idade	Sexo	Ciclo	Ocupação	Tempo na escola
E1	37	F	I	Trabalha	4 anos
E2	30	F	II	Trabalha	4 anos
E3	25	M	III	Estudante	5 anos
E4	20	F	5A (1º e 2º Anos)	Estudante	5 anos
E5	22	F	5B (1º e 2º Anos)	Estudante	6 anos
E6	25	M	6ª (3º Ano)	Estudante	5 anos
E7	36	F	6B (3º Ano)	Trabalha	4 anos
E8	29	M	IV	Trabalha	4 anos

Fonte: A autora.

São estudantes com idade entre 20 a 37 anos, 5 mulheres e 3 homens, que estão estudando nas turmas da EJA do fundamental até o médio no turno da noite, a maioria trabalha durante o dia e a noite vão para a escola.

Todos os estudantes participantes da pesquisa foram enfáticos em afirmar que nunca participaram da elaboração do Projeto Político-Pedagógico da escola e também não o conhecem, mesmo sendo estudantes que já estão na instituição há pelo menos 4 anos. Mais uma vez, a informação dada por esse grupo contradiz a fala do gestor quando afirmou todos os segmentos participaram da elaboração do Projeto Político-Pedagógico.

Os estudantes afirmaram, ainda, que não há uma relação entre os estudantes e a gestão, uma vez que os gestores não se fazem presentes no turno da noite com muito frequência. Além disso, eles disseram não haver uma mobilização ou motivação para que os estudantes participem de processos decisórios da escola. Relatando, ainda, um expressivo aumento na evasão dessa modalidade de ensino, sem que existam práticas para tentar minimizar essa situação.

Participaram da pesquisa 03 funcionários não-docentes da escola, que tiveram suas identidades preservadas, portanto serão denominadas pela consoante F acompanhada do número respectivamente à ordem da entrevista, por exemplo: F1 refere-se ao funcionário de número 1, e o F2 ao funcionário de número 2 e assim sucessivamente.

A seguir quadro discriminando o perfil dos funcionários.

Quadro 03 - Perfil dos funcionários

Nome	Idade	Sexo	Cargo	Tempo de serviço
F1	37	F	Cozinheira	6 anos
F2	45	M	Porteiro	8 anos
F3	40	F	Auxiliar de limpeza	7 anos

Fonte: A autora.

São funcionários com idade entre 37 e 45 anos, 2 mulheres e 1 homem, que trabalham na escola entre 6 e 8 anos. Mesmo com este tempo de atuação na instituição, todos afirmaram que não conhecem o Projeto Político-Pedagógico da escola e, conseqüentemente, não participaram de sua elaboração.

Padilha (2001) defende que o processo de construção do PPP se organize por meio de comissões. Neste sentido poderá ser formada uma comissão para redigir o texto final do documento, considerando o último texto elaborado nas reuniões finais e na síntese de programação das ações. Pode ser constituída comissão específica para realizar campanhas para tirar dúvidas sobre partes do projeto e outra para acompanhar e avaliar o processo de implementação na escola. Isso pode desafogar o trabalho da equipe gestora e trazer mais sujeitos para participar e conhecer a relação teoria-prática-teoria que se desenvolve no PPP.

Esse documento não vai de acordo com que Padilha diz, que esta construção e participação de todos no projeto político-pedagógico da escola, os seguimentos da sua elaboração não conhecer e nunca participarão da sua elaboração.

Finalizando a discussão relacionada à necessidade da elaboração e participação coletiva, Vasconcellos (2004) ainda esclarece que, “não haverá adesão do coletivo, um projeto pode ser elaborado pela equipe de direção, tanto para cumprir uma exigência quanto para ter alguns elementos de referência para o próprio trabalho mas entendendo que não é o da escola como um todo” (VASCONCELLOS, 2004, p. 41).

Pelos motivos expostos é que, no processo de construção do PPP, é muito importante a escola conhecer a realidade que a cerca que tipo de comércio existente, qual a cultura de sua comunidade, que tipo de atividades acontece nas proximidades e de que forma são utilizados os tempos e espaços existentes fora dos portões da escola.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta monografia teve como objetivo analisar o papel do Projeto Político Pedagógico numa escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio João Ribeiro do Município de Gurinhém, PB. E, saber se o PPP era conhecido pela comunidade escolar e se era vivenciado na instituição. Com relação aos objetivos propostos para a realização desta pesquisa, foi possível observar que a interação e a participação da comunidade na elaboração do projeto político-pedagógico não existem como também não existem indícios de uma gestão democrática, muitas vezes relacionadas à falta de informação dos atores que compõem a escola.

O Projeto Político-Pedagógico não pode ser imposto, mas construído coletivamente, por se trata de um documento que expressa a identidade de uma comunidade escolar e não de um grupo ou equipe técnica, sendo uma necessidade, e não apenas uma obrigação. Segundo Luck (2011):

É importante que a participação seja entendida como um processo dinâmico e interativo que vai muito além da tomada de decisão, uma vez que caracterizado pelo Inter apoio na convivência do cotidiano da gestão educacional, na busca, por seus agentes, da superação de suas dificuldades e limitações do enfrentamento de seus desafios, do bom cumprimento de sua finalidade social e do desenvolvimento de sua identidade social (LUCK, 2011, p. 30).

Percebe-se, portanto, que repensar o PPP da escola, é uma reestruturação necessária e possível para toda gestão escolar, visando uma melhoria na qualidade do processo ensino-aprendizagem é fazendo que todos os seguimentos que compõe o projeto político-pedagógico faça parte da sua elaboração.

Refletindo sobre a minha prática cotidiana e na elaboração desta monografia, tem sido um momento muito rico, pois está sendo constantemente alimentada por muitas coisas boas. Creio que estou me tornando uma nova professora por que não dizer ‘um novo ser humano’ que a partir do início deste curso de formação, tem adquirido novos conhecimentos e repensando as práticas pedagógicas e a gestão da mesma, um novo olhar e disposta a viver e a construir uma história na educação, respeitando os meus gestores, os meus colegas, os meus alunos, seu ambiente e suas construções anteriores.

A temática apresentada na pesquisa pode, inclusive, contribuir para maiores debates e reflexão por parte dos pesquisadores e dos acadêmicos que se inclinam a essa linha de pensamento. A pesquisa tem relevância principalmente no contexto social, por entendermos que, somos nós, os profissionais que ver na educação, a principal fonte de mudança da

sociedade e através dela sentir, refletir e agir sobre o mundo à sua volta e formar grandes cidadãos.

A pesquisa pode, inclusive, servir de referencial para questionamentos futuros e sugerir aprofundamentos ao pensar em quais resultados esta alcançando ao assumir uma perspectiva mais democrática. Isto é, planejar tem a ver com um pensar organizado e estratégico, as tomadas de decisões sobre as ações intencionais na educação. Assim, os gestores assumem esse compromisso de construção das tarefas de reflexão coletiva e continuada. Também considerando o dinamismo e a interação do contexto entre a sociedade atual e a escola, a fim de alcançar objetivos significativos para os envolvidos no processo de aprendizagem.

REFERÊNCIAS

- ALVES, J. M. **Organização, gestão e projeto educativo das escolas**. Porto: Edições Asa, 1992.
- APPOLINÁRIO, F. **Dicionário de Metodologia Científica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- AZEVEDO, J.; GRACINDO, R. V. **Educação, sociedade e mudança**. Brasília: CNTE, 2005.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Lisboa: Edição 70, 2009.
- BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. In: **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: [hp://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm). Acesso em: 12 abr. 2019.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretariada Educação Básica. Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares: conselho escolar, gestão democrática da educação e escolha do diretor. Brasília/DF, 2004
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm. Acesso em: 23 abr. 2019.
- BRASIL. **Lei nº 8.069, 13 de julho de 1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente. 5. ed. Senado Federal, Brasília, 2005.
- BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 01, de 7 de abril de 1999**. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil. 1999. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/resolucao_ceb_0199.pdf. Acesso em: 23 abr. 2019.
- BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 02, de 7 de abril de 1998**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental, 1998. Disponível em: http://www.educacaorc.com.br/media/biblioteca/2020295/resolucaocne_ceb2_98.pdf. Acesso em: 23 abr. 2019.
- CABRAL NETO, A.; SILVA, T. C. Projeto Político-Pedagógico como mecanismo de autonomia escolar. **Rev. Gestão em Ação**. Salvador – BA, v.7, n.1, p. 7 – 23, jan/abr. 2004.
- CARVALHO, R. E. **Educação Inclusiva: com os pingos nos “is”**. Porto Alegre: Mediação, 2004.
- DALBERIO, Maria. Célia. Borges. Gestão democrática e participação na escola pública popular. In: **Revista Iberoamericana de Educación**. n. 47/3, Editora: Organización de Estados Iberoamericanos para la Educación, la Ciencia y la Cultura, 2008. ISSN: 1681-5653.
- DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Orgs.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 15-41.

DEMO, P. **Educação e qualidade**. Campinas, Papirus, 1994.

FERRARI, E. M. M. **Roteiro para a elaboração de Proposta Pedagógica** – SEEDF – Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. 2006.

FERRARI, G. V. A importância do coletivo na construção do projeto político pedagógico da instituição escolar. In: **Perspectiva**, Erechim. v.35, n.132, p.159-170, 2011.

GADOTTI, M.; BARCELLOS, E. S. Construído a escola cidadã no Paraná. In: **Cadernos Educação Básica**, Brasília, MEC, 1993.

GADOTTI, M. **O projeto político-pedagógico na escola: na perspectiva de uma educação para a cidadania**. Brasília: Cortez, 1994.

GADOTTI, M. **Pedagogia da terra**. São Paulo: Petrópolis, 2001.

GANDIN, D. **A prática do planejamento participativo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. 8.ed.

GANDIN, D. **Escola e transformação social**. Petrópolis, RJ : Vozes, 1997.

GANDIN, D. **Planejamento como prática educativa**. São Paulo: Loyola, 1983.

LIBÂNEO, J. C. **Educação Escolar: políticas, estrutura, e organização**. São Paulo: Cortez, 2005.

LUCK, H. A construção da concepção de gestão. In: **Gestão Educacional: uma questão paradigmática**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

LUCK, H. **A gestão participativa na escola**. Rio de Janeiro. Vozes, 2011.

LUCK, H. **Liderança em Gestão Escolar**. 4. ed. Rio de Janeiro: Vozes 2010.

LUCK, H. **Dimensões de gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, 2008.

LUCK, H. **Gestão Educacional: uma questão paradigmática**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

MACHADO, N. J. **Educação: projetos e valores**. 5. ed. São Paulo: Escrituras, 2004.

MACHADO, A. B. Reflexões sobre a organização do processo de trabalho na escola. In: **Educação em Revista**. n. 9. Belo Horizonte, jul. 1989, pp. 27-31.

MARQUES, M. O. Projeto pedagógico: A marca da escola. In: **Revista Educação e Contexto**. Projeto pedagógico e identidade da escola, n. 02, v. 18, UNIJUÍ, abr./jun. Ijuí, 1990.

MOREIRA, A. F. B. **Currículo: questões atuais**. Campinas: Papirus, 1997.

MURIBECA, M. L. M. **A pedagogia, o pedagogo e a prática escolar**. João Pessoa, Autor Associado/UFPB, 2002.

OLIVEIRA, M. I. **Indisciplina escolar**: determinações, consequências e ações. Brasília: Livro 2005.

PADILHA, P. R. **Planejamento dialógico**: como construir o projeto político-pedagógico da escola. São Paulo: Cortez. Instituto Paulo Freire, 2001.

PARO, V , H. **Administração escolar**: introdução crítica. São Paulo : Cortez, 1993.

RIBEIRO, A. I. M; MENIN, A, M. C. **Formação do gestor educacional**: necessidades da ação coletiva e democrática. São Paulo: Arte e ciência, 2005.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, M. A. Do projeto político do Banco Mundial: ao projeto político-pedagógico da escola pública brasileira. In: **CAD. CEDES**, Campinas, v. 3, n. 61, 2003, p. 283-301.

SAVIANI, D. Para além da curvatura da vara. In: **Revista Ande**, n. 3. São Paulo, 1982.

SOUZA, J. V.; CORREA. J . Projeto pedagógico: a autonomia construída no cotidiano da escola. In: Sofia Lerche Vieira, (Org). **Gestão da escola**: desafios a enfrentar. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

VASCONCELLOS, C. S. **Planejamento**: plano de ensino – aprendizagem e projeto Educativo. São Paulo: Libertat, 1995.

VASCONCELLOS, C. S. **Coordenação do trabalho pedagógico**: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. São Paulo: Libertat, 2004.

VEIGA, I. P. A. **Projeto político-pedagógico da escola**: uma construção possível. Campinas: Papirus, 2009.

VEIGA, I. P. A (org.). **Projeto político-pedagógico: uma construção possível**. In: VEIGA, I. P. A. Projeto político-pedagógico: uma construção possível. 3. Ed. Campinas: Papirus, 1995.

VEIGA, I. P. A. e CAVALHO, M. HELENA, S. O. **A formação de profissionais da educação**. In: MEC. Subsídio para unia proposta de educação integral á criança em sua dimensão pedagógica. Brasília, 1994.

VEIGA, I. P. A. Escola, currículo e ensino. Ira: I. P. A. VEIGA, e M. H. CARDOSO, (Org.). **Escola fundamental**: currículo e ensino. Campinas, SP: Papirus, 1991.

VEIGA, Ilma P. Alencastro. Perspectiva para Reflexão em torno do projeto político-pedagógico, In: **Escola: espaço do projeto político-pedagógico**. Campinas, SP. 4. Ed. Papirus, 1998.

VEIGA, I. P. A. A Inovações e projeto politico-pedagógico: uma relação regulatória ou emancipadora? In: **caderno cedes**, v. 23, nº Campinas, Dez, 2003.

VEIGA, I. P. A. (org.) **Projeto político pedagógico da escola: uma construção possível**. 20. ed. Cortez, 2005.

VEIGA, N. A. (org.) **Projeto político – pedagógico da escola: uma construção possível**. 15. ed., Papirus 2002.

VIEIRA, M. M. F. e ZOUAIN, D. M. **Pesquisa qualitativa em administração: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

VIEIRA, S. L. Educação e gestão: extraindo significados da base legal. In. **CEARÁ. SEDUC. Novos Paradigmas de gestão escolar**. Fortaleza: Edições SEDUC, 2005, p. 7 – 20.

APÊNCICE 1- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O (a) senhor (a) está sendo convidado (a) a participar da pesquisa intitulada sobre “UM ESTUDO ACERCA DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA” desenvolvida pela graduanda Janderlane dos Santos Freitas de Andrade sob a responsabilidade da Prof^ª. Dr^ª. Thamyris Mariana Camarote Mandú e que tem como objetivo analisar o papel do projeto político pedagógico numa escola estadual no município de Gurinhém/ PB, no interior da Paraíba.

Os dados serão coletados através da análise do Projeto Político Pedagógico da Escola e de uma entrevista que abordará perguntas sobre o Projeto Político Pedagógico da escola. Seus dados serão guardados em sigilo e seu nome não será divulgado em momento nenhum (anonimato). Cabe ressaltar que sua participação é voluntária, isto é, a qualquer momento o (a) senhor (a) poderá desistir de responder qualquer pergunta ou retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum problema. Do mesmo modo, o (a) senhor (a) também não terá nenhum custo ou receberá dinheiro para participar da pesquisa.

Antes de iniciar a coleta dos seus dados, o (a) senhor (a) receberá o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e, após a explicação das etapas da pesquisa, será solicitado a sua assinatura concordando com a participação. Qualquer dúvida poderá ser esclarecida em qualquer tempo, seja antes, durante e/ou depois de concluída a pesquisa.

A sua participação nesta pesquisa poderá ter riscos, como constrangimento às perguntas da entrevista. Entretanto, todos os riscos serão minimizados ao máximo, pois a entrevista será realizada em local reservado na escola ou em local solicitado pelo entrevistado. O (a) senhor (a) também poderá se sentir cansado (a) devido a coleta de dados que leva aproximadamente 20 minutos. Caso isso aconteça, o (a) senhor (a) poderá parar a entrevista e retomar quando achar possível. Caso o (a) senhor (a) concorde, a entrevista será gravada para facilitar a dinâmica da coleta dos dados pela pesquisadora, porém será garantido o sigilo de todo o material decorrente da gravação, que será utilizado apenas pela pesquisadora para a presente pesquisa. Caso o (a) senhor (a) sinta qualquer outro desconforto ao participar desta pesquisa, seja durante a coleta de dados ou após responder as questões, deverá informar o mais rápido possível à pesquisadora.

Está assegurada ao (a) senhor (a) a assistência imediata e integral a qualquer tempo e de qualquer espécie, em situações em que dela necessite. Esta assistência será realizada para atender problemas e danos decorrentes, direta ou indiretamente, imediatos ou tardios da

pesquisa. Caso o(a) senhor (a)sofra algum dano associado ou decorrente desta pesquisa, o (a) senhor (a)tem o direito de buscar indenização na justiça.

Os resultados dessa pesquisa serão entregues ao (a) senhor (a)de forma confidencial com o intuito de trazer benefícios diretos a sua participação e serão apresentados de forma anônima à instituição através do Trabalho de Conclusão de Curso da estudante que realizará a pesquisa. Além disso, os dados desta pesquisa poderão ser publicados em eventos científicos e revistas especializadas.

Caso o (a) senhor (a) necessite de assistência, poderá entrar em contato 24 horas com a pesquisadora responsável Profa. Dra. Thamyrís Mariana Camarote Mandú através do telefone 81 99617-4749 ou email thamymariana@yahoo.com.br, bem como com a estudante Janderlane dos Santos Freitas de Andrade , telefone 83 99652-8572 ou e-mail fjanderlane@gmail.com.

O (a) senhor (a) receberá uma via deste termo, onde as páginas são numeradas, apresentando também o número total de páginas do documento. Também, de forma a garantir sua integridade, o documento será rubricado na primeira página e assinada onde consta os contatos das pesquisadoras, vinculadas ao Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, localizado no Campus I, Cidade Universitária, João Pessoa-PB, telefone 83 3216-7444.

Desde já agradecemos a sua colaboração!

Sendo assim, eu, _____, telefone (____) _____, declaro, por meio deste termo, estar ciente do inteiro teor deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e estou de acordo em participar, como participante, da pesquisa acima descrita.

João Pessoa, ____ de _____ de 2019.

Participante da pesquisa Thamyrís Mariana Camarote Mandú

APÊNDICE 2 - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM O GETOR

Caro gestor,

A presente entrevista servirá como subsídio para análise e discussão do nosso trabalho de conclusão de curso que tem como objetivo geral analisar o papel do projeto político-pedagógico numa escola estadual no município de Gurinhém/ PB, no interior da Paraíba. Portanto, solicitamos que responda, conforme suas concepções, para que nossa pesquisa seja efetivada.

PARTE I: Identificação

Nome:

Idade:

Sexo:

Formação:

Tempo de formação:

Tempo na função:

Prática docente:

Como ingressou no cargo de gestor:

PARTE II: Entrevista

- ☐ Qual sua concepção sobre a Gestão Democrática? Existe na escola?
- ☐ A escola possui Projeto Político-Pedagógico?
- ☐ Quando e como ele foi elaborado o PPP da escola?
- ☐ Houve participação de todos os segmentos da escola na elaboração do PPP?
- ☐ Acredita que o PPP é importante para a escola? Por quê?
- ☐ Quais as dificuldades e/ou facilidades para a sua elaboração e implantação?
- ☐ O PPP trouxe benefícios esse à escola?
- ☐ Você acredita que o PPP deve ser o principal foco do gestor escolar?
- ☐ Para você, qual a finalidade do PPP?
- ☐ Na escola há a prática de revisar periodicamente o PPP? Por quê?
- ☐ Acredita ser importante essa revisão?
- ☐ Que relação pode ser feita entre Currículo e Projeto Político-pedagógico?

APÊNDICE 3- ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS PROFESSORES

Caro professor,

A presente entrevista servirá como subsídio para análise e discussão do nosso trabalho de conclusão de curso que tem como objetivo geral que é analisar o papel do projeto político-pedagógico numa escola estadual no município de Gurinhém/ PB, no interior da Paraíba. Portanto, solicitamos que responda, conforme suas concepções, para que nossa pesquisa seja efetivada.

PARTE I: Identificação

Nome:

Idade:

Sexo:

Formação:

Tempo de formação:

Tempo na função:

PARTE II: Entrevista

- ☐ O que é Projeto Político-Pedagógico e qual a sua função?
- ☐ Qual é o objetivo do Projeto Político-Pedagógico?
- ☐ Conhece o Projeto Político-Pedagógico da escola?
- ☐ Quem participou da elaboração do PPP?
- ☐ Como professor (a) participa ou participou da elaboração do Projeto Político-Pedagógico da sua escola? Qual foi sua atuação?
- ☐ Seu plano de curso, plano de trabalho ou plano de ensino foi/foram elaborados com base no Projeto Político-Pedagógico de sua escola? Por quê?
- ☐ Na escola existe planejamento? Com qual frequência?

APÊNDICE 4- ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS ALUNOS DA EJA

Caro aluno da EJA,

A presente entrevista servirá como subsídio para análise e discussão do nosso trabalho de conclusão de curso que tem como objetivo geral que é analisar o papel do projeto político-pedagógico numa escola estadual no município de Gurinhém/ PB, no interior da Paraíba. Portanto, solicitamos que responda, conforme suas concepções, para que nossa pesquisa seja efetivada.

PARTE I: Identificação

Nome:

Idade:

Sexo:

Ciclo:

Ocupação:

Há quanto tempo está na escola:

PARTE II: Entrevista

- ☐ Você sabe o que é Projeto Político-Pedagógico?
- ☐ Você conhece o Projeto Político-Pedagógico da escola?
- ☐ Como estudante da EJA você participou da construção do Projeto Político-Pedagógico da escola?
- ☐ Conhece como é feita a construção do projeto político-pedagógico?
- ☐ Enquanto estudante você é motivado a participar dos processos decisórios da escola? De que forma?
- ☐ A gestão da escola costuma ouvir os estudantes sobre suas necessidades e prioridades na tomada de decisões? Como acontece?

APÊNDICE 5- ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS FUNCIONARIOS

INFORMAÇÕES GERAIS:

1. A atividade é referente á uma pesquisa, com uso de entrevista, tendo como base o roteiro abaixo.
2. Questão motivadora: é sobre o projeto político-pedagógico da escola.

ABODAGEM:

Caro funcionário,

A presente entrevista servirá como subsídio para análise e discussão do nosso trabalho de conclusão de curso que tem como objetivo geral que é analisar o papel do projeto político pedagógico numa escola estadual no município de Gurinhém/ PB, no interior da Paraíba. Portanto, solicitamos que responda, conforme suas concepções, para que nossa pesquisa seja efetivada.

PARTE I: Identificação

Nome:

Idade:

Sexo:

Cargo:

Tempo de serviço:

PARTE II: Entrevista

- ☐ Você conhece o projeto político-pedagógico da escola?
- ☐ Qual é o objetivo do projeto político-pedagógico?
- ☐ O que é e para que serve o PPP?
- ☐ Você, como funcionário, fez parte da elaboração do PPP da escola?